

Prof. Dr. Muriel Pinto

Coordenador Acadêmico e Professor Adjunto III da Unipampa - Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja-RS. Doutor em Geografia pela UFRGS (2015)/ Bolsista Capes. Professor Permanente e Coordenador Substituto do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGP-UNIPAMPA) - Mestrado Profissional e dos Cursos de Graduação em Licenciatura em Ciências Humanas, Ciências Sociais -Ciência Política da UNIPAMPA e da Licenciatura em Geografia-EAD (UAB-Unipampa). Líder do Grupo de Pesquisa Labpoliter - Laboratório de Políticas Públicas e Territórios fronteiriços (CNPQ/UNIPAMPA). Membro do Conselho Municipal de Políticas Culturais de São Borja-RS. Membro do Comitê de Integração Fronteira São Borja-BRA/ San Tomé-ARG (CIF).

Prof. Eduardo Nolla

Graduado em Direito pela Universidade de Passo Fundo - UPF (2003). Pós Graduado "Isto sensu" em Direito Constitucional pela Universidade Luterana do Brasil - ULBRA (2005), com ênfase em Direitos Humanos. Mestrando em Políticas Públicas, na Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA - Campus São Borja-RS. Experiência em gestão de curso e docente, nas áreas de Direito Constitucional, Direito Administrativo, Filosofia Jurídica, Hermenêutica Jurídica, Sociologia Jurídica, Ciência Política e Teoria Geral do Estado.

A existência de problemas coletivos é da essência social. Alguns se tornam públicos e a sua satisfação é objetivo do poder público. A tríade problema - necessidade - satisfação é a razão das políticas públicas. A correta relação do problema e sua satisfação dá-se através da análise e avaliação. Análise implementa uma solução. A avaliação demonstra os resultados. Mas, o correto uso dessas ferramentas necessita de dados hábeis a demonstrar a realidade, pois subsidiam uma política pública. Atualmente o poder público não pode mais oferecer soluções sem elementos confiáveis. Quanto maior o volume de dados coletados, melhor delineados, mais assertiva a resolução. E as dinâmicas sociais e econômicas demonstram as realidades locais, regionais ou nacionais. Foi da conjugação dos fatores expostos e reflexões acadêmicas, no âmbito da disciplina de análise socioeconômica do contexto fronteiriço do estado do Rio Grande do Sul, os motivos para demonstrar as nuances locais e da região. Para tanto, elegeram-se os municípios de Garruchos, Itaqui, Maçambará, São Antônio das Missões, São Borja e Unistalda e os dados socioeconômicos obtidos junto ao IBGE, IPEA e TCE/RS, e atualizações disponíveis. A meta desse trabalho é contribuir na formação da agenda pública, munir de elementos técnicos para análise e avaliação de políticas públicas e auxiliar na busca recursos vinculados de outros entes-federados.

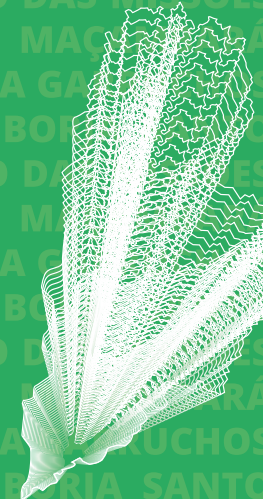
DICIONÁRIOS SOCIOECONÔMICOS DE MUNICÍPIOS FRONTEIRIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Garruchos - Itaqui - Maçambará - Santo Antônio das Missões - São Borja - Unistalda

Os dicionários apresentados são fruto de um amplo debate teórico, metodológico e analítico. Esse exercício científico realizou-se durante a disciplina de Análise socioeconômica do contexto fronteiriço do Rio Grande do Sul, ministrada no Mestrado Profissional em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus São Borja, durante o ano de 2019. O objetivo da obra centra-se na perspectiva de apresentar e analisar dados regionais dos municípios fronteiriços do RS, dentre esses **Garruchos, São Borja, Itaqui, Maçambará, São Antônio das Missões e Unistalda**. Os dados dessas municipalidades refletem e abordam as dinâmicas espaciais, dinâmicas sociais e dinâmicas econômicas, dentro do recorte temporal, das séries históricas do senso do IBGE. Os devidos dicionários têm o objetivo de contribuir com os processos de planejamento e gestão das Políticas Públicas nos municípios limítrofes de São Borja-RS, alinhados com a área de concentração e linhas de pesquisa do PPG.

**GARRUCHOS
ITAQUI
MAÇAMBARÁ
SANTO
ANTÔNIO DAS
MISSÕES
SÃO BORJA
UNISTALDA**

DICIONÁRIOS SOCIOECONÔMICOS DE MUNICÍPIOS FRONTEIRIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL



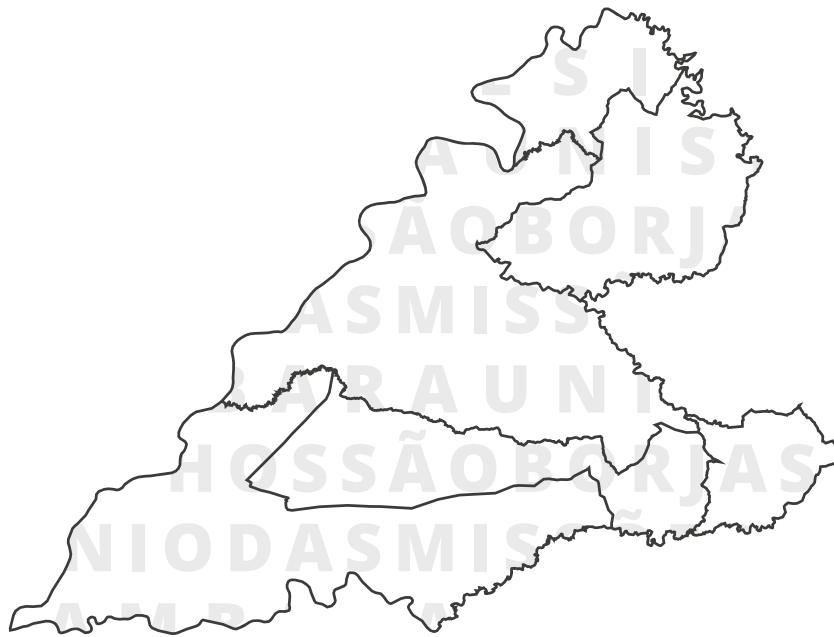
CEEINTER

Organizadores Muriel Pinto - Eduardo Nolla

DICIONÁRIOS SOCIOECONÔMICOS

DE MUNICÍPIOS FRONTEIRIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

São Borja - Santo Antônio das Missões
Itaqui - Maçambará - Unistalda - Garruchos



Organizadores **Muriel Pinto · Eduardo Nolla**
São Borja 2020
CEEINTER



Esta obra está licenciada com uma licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional

O conteúdo dos artigos é de inteira responsabilidade de seus autores, não
representando completa ou parcialmente a opinião da editora ou das
organizadoras deste livro.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

Obra financiada com recursos via Emenda Parlamentar destinada pela
Deputada Maria do Rosário via Ministério da Educação.

Título

Dicionários Socioeconômicos de Municípios fronteiriços
do Rio Grande do Sul

Edição, preparação e revisão

Edudardo Nolla e Muriel Pinto

Capa, projeto gráfico e diagramação

Robson José da Silva Junior, Lucas Antonio Fiorini,
Antônio Kanaan Fassbinder, Flora Caroline Carvalho,
Júlia Klein Dalben, Luis Henrique de Almeida,
Maria Eduarda Pedroso, Milene Oliveira, Paloma Ferreira de Sousa

Orientação editorial

Juliana Zanini Salbego, Merli Leal Silva, Magnos Cassiano
Casagrande, João Antônio Gomes Pereira

D546 Dicionários socioeconômicos de municípios fronteiriços do Rio
Grande do Sul: São Borja, Santo Antônio das Missões, Itaqui,
Maçambará, Unistalda, Garruchos/ organizadores Muriel
Pinto, Eduardo Nolla. – São Borja: Ceeinter, 2020.
167 p.

ISBN 978-65-00-07699-8

1. Economia 2. Ciências sociais 3. Rio Grande do Sul 4.
Regiões de fronteira I. Pinto, Muriel II. Nolla, Eduardo

CDU: 330

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Reitor Roberlaine Ribeiro Jorge Marcus

Vice-Reitor Vinicius Morini Querol

Diretor Campus São Borja Ronaldo Bernardino Colvero

Coordenador Acadêmico Muriel Pinto

Coordenador Administrativo Luis André Padilha

Apoio Técnico e Operacional Gustavo de Carvalho Luiz

Editoração CEEINTER

CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES – CEEINTER
Rua Olinto Arami Silva, no 494, Sala 02
– Centro. CEP 97.670-000 – São Borja/RS-
CNPJ 30.704.187/0001-75 Sede Brasil www.ceeinter.com.br

E-mail ceeinter01@gmail.com

Editor-chefe Ewerton da Silva Ferreira – Licenciado em Ciências Humanas pela Universidade Federal do Pampa. Presidente do Centro de Estudos Interdisciplinares – CEEINTER.

Editor-adjunto Ricardo Macuglia Colvero – Bacharel em Sistema de Informação pela Universidade da Região da Campanha. Vice-presidente do Centro de Estudos Interdisciplinares – CEEINTER.

Conselho Editorial Dra. Lisianne Sabedra Ceolin, Brasil
Dra. Jaqueline Carvalho Quadrado, Brasil
Dra. Jenny González Muñoz, Venezuela
Dra. Silvina Ines Merenson, Argentina
Dr. Emiliano Carretero Morales, Espanha
Dr. Alberto Elisavetsku, Argentina
Dr. Pablo Luiz Martins, Brasil

Autores

Claudio Gabriel Soares Araújo

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP-UNIPAMPA).

Cristiano Saratt de Alvarenga

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP-UNIPAMPA).

Dan Carlos Pinto

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP-UNIPAMP

ssional.

Daniele Bonapace dos Santos Lencina

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP-UNIPAMP

ssional.

Eduardo Nolla

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP-UNIPAMP

ssional.

Edison Ademir Padilha Ouriques

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP-UNIPAMP

ssional.

Fernanda Weirich

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP-UNIPAMP

ssional.

Graciele Rodrigues Ribeiro

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP-UNIPAMP

ssional.

Itamara Martins de Souza

Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus de São Borja - Curso de Mestrado
ssional em Políticas Públicas.

Jandira Elohá Lopes

Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus de São Borja - Curso de Mestrado
ssional em Políticas Públicas. E-mail: jandiralopes3@gmail.com.

Jeferson Andrade Duda

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP-UNIPAMP

ssional.

João Auri Garcez

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP-UNIPAMP

ssional.

Leandro de Almeida Serres

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP-UNIPAMP

ssional.

Luciano Gattiboni Velsques

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP-UNIPAMP

ssional.

Márcia Rejane Chitolina Perini

Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus de São Borja - Curso de Mestrado
ssional em Políticas Públicas. E-mail: marcia_chitolina@hotmail.com.

Márcio Luciano dos Santos Campos

Mestrando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus de São Borja - Curso de Mestrado
ssional em Políticas Públicas.

Muriel Pinto

a pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA),
Campus de São Borja. E-mail: murielpinto@unipampa.edu.br.

Núbia Velasque Amaral

Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus de São Borja - Curso de Mestrado
ssional em Políticas Públicas. E-mail: nuvelasck@gmail.com.

Priscilla Coronel da Silva

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP-UNIPAMPA).

Riviane da Silva Schopf

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP-UNIPAMPA).

Simone Marasca Gauna

Contadora do Município de Itaquí-RS.

Soifaite Ambroise

Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus de São Borja - Curso de Mestrado

Sócrates de Souza

Cientista Político formado pela Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja-RS.

Thais Zanela Mendes

Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus de São Borja - Curso de Mestrado

Vanessa Passino de Nadai

Cientista Político formado pela Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja-RS.

Sumário

	Prefácio	09
01	Dicionário socioeconômico do município de Garruchos - RS Dan Carlos Pinto, Edison Ademir Padilha Ouriques, Graciele Rodrigues Ribeiro, Jeferson Andrade Duda, João Auri Garcez, Luciano Gattiboni Velsques, Muriel Pinto	15
02	Dicionário socioeconômico do município de Itaquí - RS Itamara Martins de Souza, Márcio Luciano dos Santos Campos, Simone Marasca Gauna, Eduardo Nolla	41
03	Dicionário socioeconômico do município de Maçambará - RS Eduardo Nolla, Daniele Bonapace dos Santos Lencina, Leandro de Almeida Serres, Muriel Pinto	75
04	Dicionário socioeconômico do município de Santo Antonio das Missões - RS Claudio Gabriel Soares Araújo, Cristiano Saratt de Alvarenga, Priscilla Coronel da Silva, Riviane da Silva Schopf, Muriel Pinto	99
05	Dicionário socioeconômico do município de São Borja - RS Jandira Elohá Lopes, Márcia Rejane Chitolina Perini, Muriel Pinto, Núbia Velasque Amaral, Soífaite Ambroise, Thais Zanela Mendes	121
06	Dicionário socioeconômico do município de Unistalda - RS Fernanda Weirich, Muriel Pinto, Sócrates de Souza, Vanessa Passino de Nadai	147

Prefácio



A Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – é organizada no formato de multicampi, os quais estão localizados na região Sul do Rio Grande do Sul. O desenvolvimento de instituições de ensino federal nessa porção do território teve como finalidade tanto a interiorização do ensino técnico e superior, quanto o desenvolvimento regional. O Rio Grande do Sul apresenta uma distinção territorial vinculada aos processos históricos de produção, que implicaram em diferenças sociais, culturais e socioeconômicas, as quais repercutem em sua diferenciação territorial na contemporaneidade. Enquanto que a porção sul e parte do noroeste cresceu fundamentada na pecuária tradicional, com estrutura fundiária de médias e grandes propriedades, com uma rede urbana esparsa e paisagem de relevo pouco acidentado e vegetação de campos em grande parte de sua superfície, o norte desenvolveu-se baseado na produção diversificada, agropecuária e agroindustrial, caracterizado por pequenas e médias propriedades e uma rede urbana pulverizada e composta por grande número de municípios, com paisagens de áreas mais elevadas, relevo acidentado e matas. Pode-se ainda identificar uma porção

nordeste, o eixo Porto Alegre – Caxias do Sul, que corresponde ao centro industrial e de serviços especializados do Estado.

O Sul do Estado, assim como parte do noroeste, onde estão localizados os campi da UNIPAMPA (Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana), constituiu suas fronteiras nas disputas entre Portugal e Espanha. A ocupação territorial do Rio Grande do Sul foi uma estratégia de Portugal para assegurar territórios e fronteiras, sendo a pecuária uma atividade econômica bem adaptada ao bioma do Pampa e uma das táticas de consolidação e ampliação de fronteiras. Assim, tem-se a origem da estrutura fundiária pautada em médias e grandes propriedades, atividades econômicas pouco diversificadas (pecuária e monocultura) e desigualdades sociais.

Nessa perspectiva que a implantação da UNIPAMPA visou contribuir para o desenvolvimento regional. Também em virtude de sua localização de fronteira, a instituição tem importante papel nas ações de integração fronteiriça entre Brasil, Argentina e Uruguai. A oferta de ensino superior veio atender uma população com escassos mecanismos de qualificação profissional, oportunizando a oferta local de ensino superior público. Se por um lado a instalação da instituição nesses locais promove a capacitação profissional, por outro contribui também no desenvolvimento local pela incorporação populacional de estudantes e servidores, pela oferta de emprego à população, pela dinamização da economia e ampliação da pluralidade cultural. De sua fundação, em 2008, até a atualidade, a UNIPAMPA ampliou sua oferta de cursos de graduação e passou a ofertar também o ensino de pós-graduação, como o mestrado em Políticas Públicas, criado em 2015.

O mestrado profissional em Políticas Públicas corrobora na capacitação profissional voltada ao desenvolvimento de ações para o crescimento social, econômico e territorial

no desenvolvimento de políticas públicas e conhecimento dos municípios apresentados. Comprova a potência do ensino público e, mais especificamente do mestrado em Políticas Públicas para o desenvolvimento regional.

Prof^a. Dr^a. Nola Patrícia Gamalho

Professor Adjunta da Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja vinculada ao curso de Licenciatura em Ciências Humanas.
a pela UFRGS.

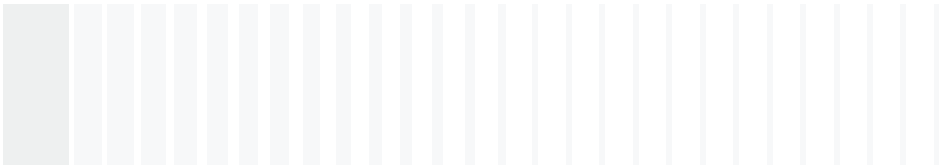


DICIONÁRIO SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE

01



**Dan Carlos Pinto
Edison Ademir Padilha Ouriques
Graciele Rodrigues Ribeiro
Jeferson Andrade Duda
João Auri Garcez
Luciano Gattiboni Velsques
Muriel Pinto**



APRESENTAÇÃO

Foi através da Lei Estadual n.º 9.609 de 20.03.1992 que se deu a criação e emancipação de Garruchos perante a municipalidade de São Borja-RS. Através do ato municipal nº 01, em 10 de outubro de 1902, Garruchos é anexado a São Borja como Distrito, juntamente com Iguariaçá, Itacurubi e Camaquã. Logo após, no ano de 1911, em divisão administrativa, o distrito de Garruchos, figura no município de São Borja e anos depois foi confirmada a criação do distrito de Garruchos pelo ato municipal nº 88, de 11-11-1929¹. Assim como todo o território missioneiro a heranças sociohistóricas de Garruchos estão relacionadas as disputas territórios entre Bandeirantes e povos originários que residiam na região.

Os Bandeirantes, que usavam uma arma de fogo chamada Garrucha, se estabeleceram nesta região do Estado, principalmente nas mediações onde surgiu o povoado de Garruchos, originando uma das hipóteses quanto a denominação do nome deste município. (PREFEITURA DE GARRUCHOS).

Existem diversas histórias em relação ao surgimento e o povoamento do município de Garruchos, em razão de ser um local ermo, de difícil acesso e distante de outros centros urbanos. Entre as versões mais aceitas sobre seu surgimento, está o relato de que um soldado adoentado que haveria sido deixado para trás pela sua tropa ao passar pelo local. Segundo a estória, quando sua tropa se preparava para atravessar o rio Uruguai no “garrucho” (local de águas rasas e calmas, o que permitia a travessia das tropas, fato que originou o nome do município), foi deixado para trás junto com seu irmão, que também era soldado da mesma guarnição. O tempo passou e a tropa ao retornar ao local, encontrou os dois soldados já estabelecidos e ambientados, com famílias e terras, o que

1 Ver em: <https://www.garruchos.rs.gov.br/historia/>

acabou por dar início ao povoamento do que mais tarde se tornou a cidade de Garruchos/ RS².

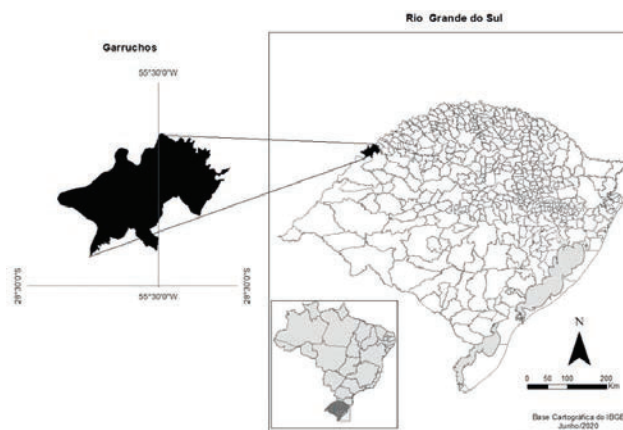
Figura 1 - Vista aérea da cidade de Garruchos/RS



Fonte: Prefeitura Municipal de Garruchos-RS

Dinâmica Espacial

Figura 2 – Localização do Município de Garruchos-RS



Fonte: Elaborado por Nola Gamalho (2020).

Neste item serão descritos brevemente alguns aspectos relevantes sobre a dinâmica espacial de Garruchos/ RS. O município de Garruchos é uma cidade pertencente ao Estado do Rio Grande do Sul, a 627 Km da capital Porto Alegre. Está

² Ver em Portal das Missões. Disponível em: <https://www.portaldasmissoes.com.br/noticias/view/id/2904/origem-do-nome-de-garruchos-rs.html>

O município possui uma extensão territorial de 799,9 km² e uma densidade demográfica de 4,04 hab/km² em seu território municipal, pertencendo a Mesorregião Sudoeste Rio-grandense e Microrregião Campanha Ocidental (divisão oficial do IBGE).

Emancipação política e administrativa

1000



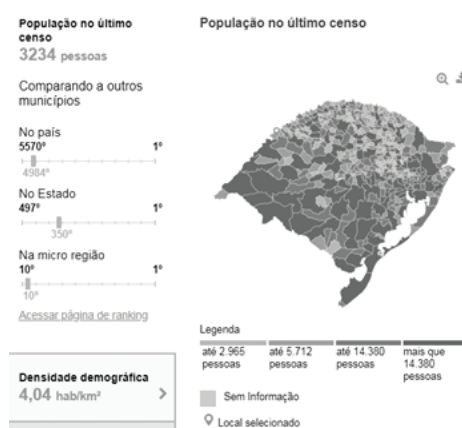
Borja. No ano de 1911, em divisão administrativa, o distrito de Garruchos, passou a figurar como parte do município de São Borja, sendo mais tarde confirmado pelo ato municipal nº 88, de 11/11/1929. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Garruchos, figura no município de São Borja. Em divisão territorial datada de 1/07/1960, o distrito de Garruchos permanece como parte do município São Borja. Em 20/03/1992 foi elevado à categoria de município com a denominação de Garruchos, pela lei estadual nº 9609, e desmembrado do município de São Borja (IBGE-CIDADES, 2019).

Dinâmica Social

Neste item serão apresentados os dados populacionais, mais gerais sobre o município de Garruchos – RS, bem como os principais indicadores sociais, tais como Vulnerabilidade Social, índices Educacionais, de Saúde, ambientais e culturais.

Evolução Populacional

Figura 4 – População segundo o último censo do município de Garruchos/RS

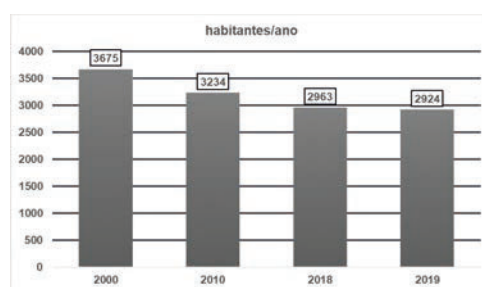


Fonte: (IBGE, 2019).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Garruchos contava no último censo em 2010, com uma população estimada de 3.234 pessoas, com uma densidade demográfica de 4,04 habitantes por Km². De 2010 para 2018, este número teve retração atingindo 2.963 habitantes (IBGE, 2019).

A diminuição referente ao número de habitantes, pode ser vista desde o censo de 2000, onde constavam 3.675 pessoas (IBGE, 2019). Estes dados indicam que o próximo censo seguirá um processo de retração populacional já indicado pelas informações atualizadas de 2019.

Figura 5 – População absoluta do município de Garruchos/RS (2000-2019)



Fonte: Elaboração dos autores com em IBGE cidades.

Indicadores Sociais

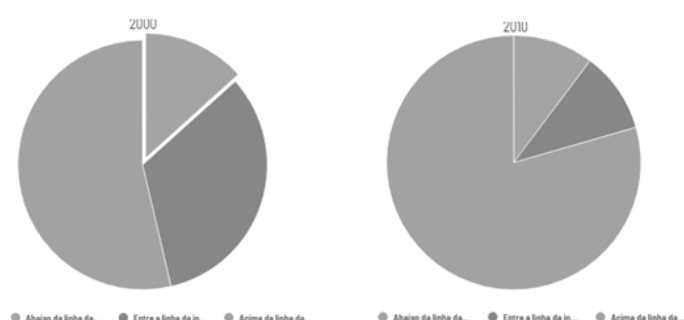
Nas próximas linhas serão descritos os principais indicadores sociais do município de Garruchos RS, em especial aqueles que permitem fazer um apanhado geral sobre a situação socioeconômica deste local.

Vulnerabilidade social

No relatório dinâmico dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas (ODS, 2019), demonstra que em “2000, o município de Garruchos-RS,

tinha 46,35% de sua população vivendo com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00, percentual que reduziu para 20,54% em 2010. Mesmo apresentando uma redução de 55,68% no período, são 662 pessoas nessa condição de pobreza.

Figura 6 – Relatório dinâmico do município de Garruchos/RS



Fonte: ODS, 2019.

Já referente aos Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)³, conforme o Relatório Dinâmico da ODS, possui três dimensões: “IVS Infraestrutura Urbana; IVS Capital Humano; e IVS Renda e Trabalho. Essas dimensões correspondem a um conjunto de ativos, recursos ou estruturas, cujo acesso, ausência ou insuficiência indicam como está o padrão de vida das famílias. O índice de vulnerabilidade social - IVS varia de 0 a 1, em que 0 corresponde à situação ideal, ou desejável, e 1 corresponde à pior situação”.

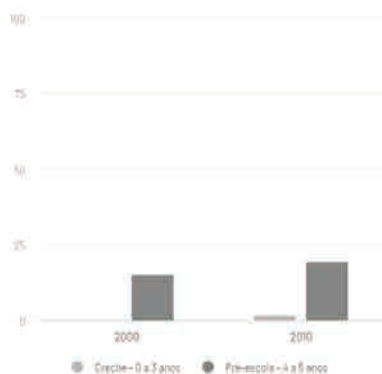
O Índice de Vulnerabilidade Social - IVS geral do município de Garruchos-RS, era 0,473, em 2000, passando para 0,363 em 2010. Com essa evolução, o município está com o nível de vulnerabilidade social considerada média.

Segundo a ODS (2019), “o índice nas suas três dimensões básicas – Infraestrutura, Capital Humano e Renda e Trabalho –

³ O Índice de Vulnerabilidade Social, aplicável igualmente para todos os municípios brasileiros, foi criado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em parceria com outras instituições.

aos dados de 2000 a 2010, “do total de crianças de 4 a 5 anos residentes no município em 2000, 15,34% estavam matriculados na pré-escola; este percentual passou para 19,44% em 2010”.

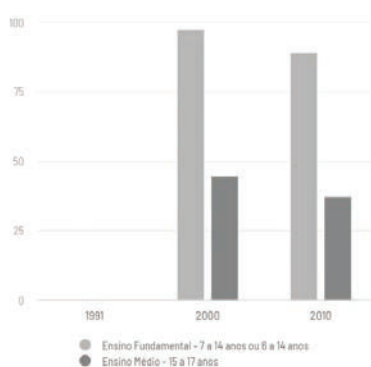
Figura 8 – Taxa de frequência em creches e pré-escola no município de Garruchos/RS



Fonte: ODS (2019) com base em Censo IBGE (2010).

Segundo a ODS (2019), do “total de crianças de 6 a 14 anos residentes no município, em 2010, 89,32% frequentavam o ensino fundamental”. Porém, “os resultados são gradualmente piores na faixa etária seguinte: entre os jovens de 15 a 17 anos, apenas 37,13% frequentavam o ensino médio em 2010.

Figura 9 – Taxa de frequência líquida no ensino fundamental no município de Garruchos/RS

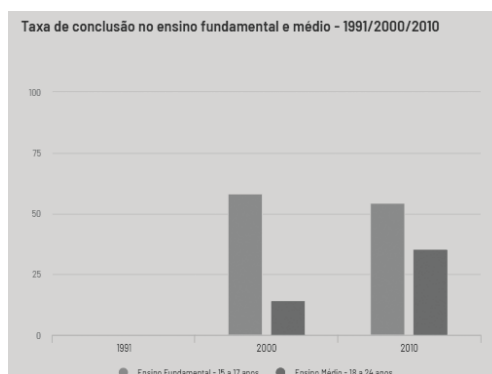


Fonte: ODS (2019) com base em Censo do IBGE (2010).

Segundo a ODS (2019), a “taxa de conclusão do fundamental, entre jovens de 15 a 17 anos, era de 58,26% em 2000”, passando para 54,23% em 2010. “No ensino médio, os percentuais de conclusão caem significativamente. Em 2000, dos jovens de 18 a 24 anos, apenas 14,07% concluíam, enquanto que o percentual aumenta para 35,47 em 2010.

Para o relatório dinâmico da ODS (2019), referente “a distorção idade-série, o aluno está nesta situação quando a diferença entre a idade do aluno e a idade prevista para a série é de dois anos ou mais”. Em Garruchos-RS, “percebe-se que a distorção idade-série se eleva à medida que se avança nos níveis de ensino”. “Em 2018, entre alunos do ensino fundamental, 4,4% estão com idade superior à recomendada nos anos iniciais e 21,5% nos anos finais. A defasagem chega a 35,4% entre os que alcançam o ensino médio” (ODS, 2019).

Figura 10 – Taxa de frequência líquida no ensino fundamental no município de Garruchos/RS



Fonte: CO.

Saúde

Os dados apresentados pelo Relatório dinâmico da ODS (2019), indicam que a qualidade de vida da população, tem como principal indicador os aspectos que se relacionam com

o sistema de saúde. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009), o município de Garruchos-RS, até o ano de 2009, contava com 3 unidades de saúde.

A mortalidade infantil, como um dos principais indicadores de qualidade de vida e de saúde da população, “é afetado por diversos componentes, como o saneamento básico, o abastecimento alimentar, a educação a gestantes, entre outros, e sua redução gradual vem da melhoria das condições de vida urbana e do avanço da saúde coletiva e preventiva” (ODS, 2019).

A taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos, em 1995, era de 25 óbitos a cada mil nascidos vivos; em 2016, este percentual passou para 0 óbitos a cada mil nascidos vivos, indicando redução da mortalidade (ODS, 2019).

O número total de óbitos de crianças menores de 5 anos no município, de 1995 a 2016, foi 15. A taxa de mortalidade de crianças menores de um ano, em 1995, era de 0 óbitos a cada mil nascidos vivos; em 2016, permaneceu em 0 óbitos. Vale observar que o número total de óbitos de crianças menores de um ano, de 1995 a 2016, foi 10 (ODS, 2019).

Figura 9 – taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos a cada mil nascidos vivos no município de Garruchos/RS



Fonte: Ministério da Saúde - DATASUS

Segundo dados do relatório dinâmico da ODS (2019), as estratégias de prevenção da mortalidade infantil, devem passar principalmente pela “vacinação contra doenças imunopreveníveis”. “Em 2014, 96,30% das crianças menores de 1 ano estavam com a carteira de vacinação em dia” (ODS, 2019).

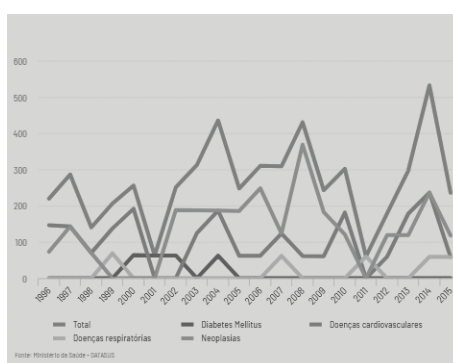
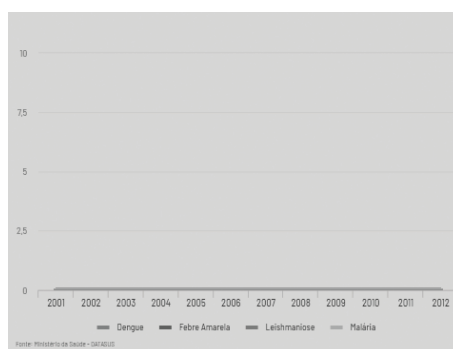
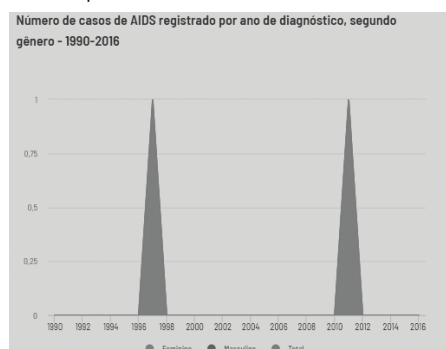
Referente a doenças transmissíveis o município de Garruchos-RS “teve de 1990 a 2016, 2 casos de AIDS diagnosticados; destes, 2 femininos e 0 masculinos”. “A taxa de incidência, em 2016, era de 0 casos a cada 100 mil habitantes, e a mortalidade, em 2016, 0 óbitos a cada 100 mil habitantes.

Na região de fronteira entre o Rio Grande do Sul e a Argentina, existe uma preocupação constante com as doenças são transmitidas por mosquitos, tais como malária, febre amarela, leishmaniose, dengue, dentre outras.

Em Garruchos-RS, “entre 2001 e 2012”, não houve caso de doença transmitida por mosquito. A taxa de mortalidade associada às doenças transmitidas por mosquitos, em 2016, foi de 0 óbitos a cada 100 mil habitantes” (ODS, 2019). Isso tem demonstrado a eficiência das atividades preventivas.

Da mesma forma, os casos de tuberculose, outro grande problema de saúde pública que tem sido enfrentada no município, registrou em 2017 taxa de 0 óbitos a cada mil habitantes. “A tuberculose é uma doença infecciosa e transmissível que afeta prioritariamente os pulmões”. “Em 2017, não foi notificado nenhum caso de tuberculose” (ODS, 2019).

Figuras 10, 11 e 12 – número de casos de AIDS; Número de casos de doenças transmissíveis por mosquitos; Número de mortalidade prematura por doenças crônicas não transmissíveis no município de Garruchos/RS



Fonte: ODS (2019).

Ambiental

O Município de Garruchos / RS tem um Plano Ambiental que traz por objetivo se adequar às políticas do SISNAMA (sistema nacional de política ambiental), a fim de estar de acordo com as políticas da União e do Estado, observada as peculiaridades locais. Esse plano defini programas para diagnóstico das atividades potencialmente poluidoras, além de promover planos de gestão ambiental. Contudo, o único órgão verificado é o Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Espaços especialmente protegidos

A Reserva Legal é um instrumento de política ambiental instituído pelo Código Florestal de 2012. Ela assegura que uma parte da propriedade deve ser destinado para vegetação nativa. No estado do Rio Grande do Sul, cada propriedade rural deve ter no mínimo 20% de 'Reserva Legal'. Tal área não pode ser objeto de exploração econômica. Para isso, cada proprietário deve delimitar tal área e inscrevê-la no Cadastro Ambiental Rural (CAR). No Município de Garruchos / RS, assim como em todo o estado do Rio Grande do Sul, 100% das propriedades estão inscritas no CAR.

No Município não há unidades especiais de conservação, seja municipal, estadual ou federal.

No entanto, há diversas Áreas de Preservação Permanente (APP) em razão das subacias hidrográficas que desaguam no Rio Uruguai. Conforme o Código Florestal, são APP áreas especiais de preservação, sem necessidade de prévio cadastro, que correspondem, dentre outros parâmetros, 10 metros dos cursos d'água com menos de 30 metros de largura.

Bacia hidrográfica

O município de Garruchos está composto por seis subacias hidrográficas que contribuem para o Rio Uruguai.

Os principais cursos de água são os arroios Inhacapedum, Itu, Chuni, Ximbocú e o Rio Piratinim. Os principais usos da água se destinam a irrigação, dessedentação animal e abastecimento humano.

Resíduos sólidos

O Plano de Resíduos Sólidos (PRS), a Coleta Seletiva e os Conselhos Municipais de Meio Ambiente (CMMA) são instrumentos da política nacional de resíduos sólidos instituídos pela lei 12.305/10. O Plano pode ser elaborado em níveis municipais, intermunicipais ou microrregional. É um instrumento de planejamento para estruturação do setor público nessa área. Esse planejamento deve tratar de resíduos sólidos domiciliares, limpeza urbana, estabelecimentos comerciais, serviços públicos de saneamento, atividades agropastoris etc. Devem abranger o ciclo que se inicia desde a geração do resíduo, com a identificação do ente gerador, até a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

No Município de Garruchos / RS não há Plano Integrado de Resíduos Sólidos, nem Coleta Seletiva e nem Plano Municipal de Saneamento. Contudo, há um Conselho Municipal de Saneamento básico e um Plano Ambiental.

Cultural

O Município tem vários Eventos Culturais que são desenvolvidos durante o ano. Dentre eles, destacam-se os seguintes:

Nossa Senhora dos Navegantes no mês de fevereiro.

Escolha da Rainha e Rei Momo do Carnaval, Carnaval de rua e Bailes Carnavalescos

No dia 20 de março comemoração do aniversário do Município.

No mês de março Torneio de Pesca ao Dourado.

Em setembro comemoração da Semana Farroupilha.

Dinâmica econômica

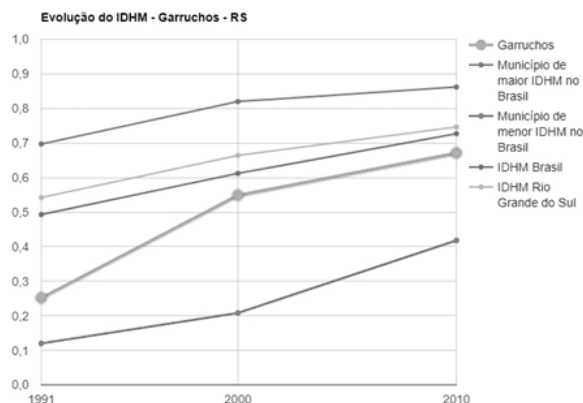
Neste item serão apresentados os dados econômicos, reunidos e disponibilizados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, uma plataforma onde pode ser consultado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 5.565 municípios brasileiros, distribuídos em 27 Unidades da Federação. Além do IDHM, constam dessa plataforma mais de 200 indicadores, nas áreas de educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade, cujos dados foram extraídos dos Censos Demográficos do IBGE, referentes aos anos de 1991, 2000 e 2010.

De acordo com a nova tipologia sub-regional da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), atualizada pela Portaria nº 34, de 18 de janeiro de 2018, o município de Garruchos, pertencente à Micorregião “Campanha Ocidental”, foi classificado entre os municípios de “Média Renda e Baixo Dinamismo”.

Índice de Desenvolvimento Humano - IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Garruchos / RS era de 0,671, em 2010, ocupando a 2642ª posição no conjunto dos municípios brasileiros. A Longevidade (índice de 0,833), Renda (índice de 0,657) e Educação (0,553) foram os aspectos que mais contribuíram para que esse município fronteiriço estivesse entre os municípios de Desenvolvimento Humano Médio, como são considerados aqueles de IDHM entre 0,600 e 0,699).

Figura 14 – evolução do IDHM no município de Garruchos/RS



Fonte: (PNUD, Ipea e FJP).

Renda e GINI

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, “a renda per capita média de Garruchos cresceu 254,40% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 134,36, em 1991, para R\$ 252,82, em 2000, e para R\$ 476,17, em 2010”. No período, a taxa média anual de crescimento foi de 6,89%. A proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), consideradas pobres, passou de 71,78%, em 1991, para 46,35%, em 2000, e para 19,53%, em 2010.

A renda *per capita* corrigida e ajustada é de R\$ 622,51, conforme a Nota Técnica nº 52 - CGMA/DPDR/SDR/MI, de 30 de novembro de 2017, anexa à Portaria nº 34, de 18 de janeiro de 2018. Associada à taxa de crescimento geométrico do PIB *per capita* trienal, que é de 1,49, a renda *per capita* de Garruchos compõe os indicadores correspondentes a duas dimensões: renda e dinamismo econômico. A partir deles, a referida Nota Técnica classifica Garruchos, na nova tipologia sub-regional da PNDR, entre os municípios de “Média Renda e Baixo Dinamismo”, como já mencionado alhures.

A desigualdade de renda pode ser medida pelo índice de Gini, que, nesse período, “passou de 0,48, em 1991, para 0,54, em 2000, e para 0,52, em 2010”.

Tabela 1 – Renda, pobreza e desigualdade no município de Garruchos/RS

	1991	2000	2010
Renda per capita	134,36	252,62	476,17
% de extremamente pobres	44,02	14026	9,26
% de pobres	71,76	46,35	19,53
Índice de Gini	0,48	0,54	0,52

Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

O índice de Gini expressa a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, variando entre dois polos: 0 e 1. O “0” representa uma situação de total igualdade, em que todos têm a mesma renda, e o valor 1 indica uma desigualdade completa de renda, hipótese em que uma só pessoa detém toda a renda de determinado lugar.

Trabalho

A taxa de ocupação da população de 18 anos ou mais (população economicamente ativa) passou de 58,75% em 2000 para 68,20% em 2010. Ao mesmo tempo, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada (taxa de desocupação) sofreu uma redução de 11,24% em 2000 para 2,93% em 2010. Em 2010, 55,19% das pessoas ocupadas trabalhavam no setor agropecuário, 1,87% na indústria de transformação, 0,93% no setor de construção, 3,64% no comércio e 29,57% no setor de serviços.

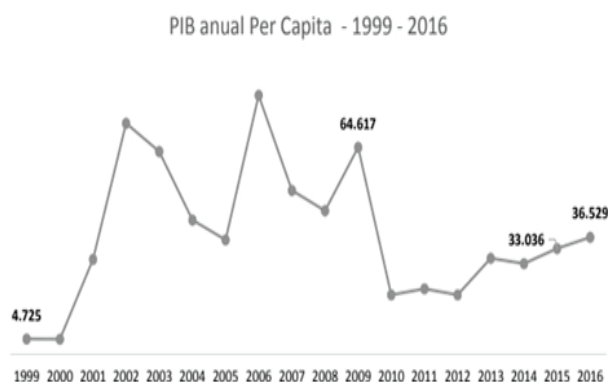
A taxa de ocupação da população de 18 anos ou mais (população economicamente ativa) passou de 58,75% em 2000 para 68,20% em 2010. Ao mesmo tempo, o percentual da

população economicamente ativa que estava desocupada (taxa de desocupação) sofreu uma redução de 11,24% em 2000 para 2,93% em 2010. Em 2010, 55,19% das pessoas ocupadas trabalhavam no setor agropecuário, 1,87% na indústria de transformação, 0,93% no setor de construção, 3,64% no comércio e 29,57% no setor de serviços.

PIB Municipal Per capita

O gráfico abaixo, retirado do Perfil das Cidades Gaúchas, mantido no *site* do SEBRAE/RS, traz a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) anual *per capita* de Garruchos.

Figura 16 – PIB anual Per Capita no município de Garruchos/RS

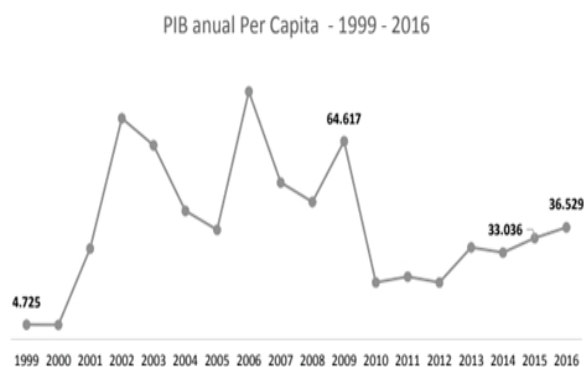


Fonte: (PNUD, Ipea e FJP).

FINANÇAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Receitas e Despesas correntes – 2013-2016 (em milhões)

Figura 17 – Recitas e despesas correntes do município de Garruchos/RS (em milhões)



Fonte: Elaboração dos autores.

Arrecadação – 2018

Quadro 1 – Arrecadação do município de Garruchos/RS (em milhões)

Receita Prevista	Receita Arrecadada	Especificação
22.142.080,00	21.743.654,77	Recitas Correntes
1.627.800,00	1633.645,26	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria
583.800,00	572.993,10	Contribuições
3.426.100,00	2.749.568,61	Receita Patrimonial
1.000,00	0,00	Receita Agropecuária
45.680,00	89.285,42	Receita de Serviços
16.431.600,00	16.589.419,82	Transferências Correntes
26.100,00	108.742,56	Outras Receitas Correntes
0,00	204.672,10	Receitas de Capital
0,00	204.672,10	Transferência de Capital
1.181.700,00	1.218.915,62	Receitas Correntes
1.181.700,00	1.218.915,62	Contribuições

-2.665.160,00	-2.985.304,44	Dedução – Dedução da Receita Corrente
-2.665.160,00	-2.985.304,44	Dedução – Receitas Correntes
20.658.620,00	20.208.938,05	

Fonte: (TCE/RS)

Despesas municipais por função/área – 2018

Quadro 2 – Despesas municipais de Garruchos/RS (em milhões)

Descrição	Empenhado	Liquidado	Pago
Administração	4.202.645,86	4.173.381,91	4.153.815,19
Educação	3.527.287,58	3.463.908,14	3.432.798,19
Saúde	3.481.776,53	3.421.344,87	3.396.483,22
Previdência Social	930.953,80	929.716,30	929.716,30
Encargos Especiais	846.743,69	846.743,69	828.247,76
Transporte	396.408,02	371.075,50	365.555,23
Saneamento	261.716,70	250.404,55	234.310,18
Agricultura	219.023,70	125.360,18	125.360,80
Energia	102.171,61	97.262,79	97.262,79
Desporto e Lazer	47.648,50	47.211,94	46.711,94
Cultura	30.826,27	29.073,77	29.073,77
Urbanismo	22.578,90	18.761,45	18.761,45
Gestão Ambiental	305,25	305,25	305,25
	14.774.680,58	14.457.539,91	14.328.959,60

Fonte: Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas (SIAPC)

Despesas com Saúde - 2018

Os quadros que seguem trazem dados sobre os gastos do Poder Executivo Municipal de Garruchos na área da Saúde, extraídos do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas (SIAPC).

Conforme se lê no *site* do TCE/RS:

Os valores apresentados correspondem ao total da despesa liquidada no exercício, ou seja, foram considerados os valores liquidados no exercício consultado, independente do exercício em que as despesas foram empenhadas.

Quadro 3 – Despesas com saúde no município de Garruchos/RS (em milhões)

Programa	Código	Valor Liquidado	%
Atendimento básico na saúde	43,28	2.386.657,71	68,86
Gestão de política da saúde	54	1.042.943	30,09
Vigilância em saúde	48	33.564,63	0,97
Programa infância melhor- PIM	46	2.780,00	0,08
		3.465.945,62	100,00

Fonte: Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas (SIAPC)

Despesas com Educação - 2018

Os quadros que seguem trazem dados sobre os gastos do Poder Executivo Municipal de Garruchos na área da Educação, extraídos do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas (SIAPC).

Conforme se lê no *site* do TCE/RS:

Os valores apresentados correspondem ao total da despesa liquidada no exercício, ou seja, foram considerados os valores liquidados no exercício consultado, independente do exercício em que as despesas foram empenhadas.

Figura 21 – Despesas com educação no município de Garruchos/RS (em milhões)

Programa	Código	Valor Liquidado	%
Ensino Fundamental	22	2.011.303,27	57,21
Transporte Escolar	23	827.682,63	23,54
Educação de criança de 0 a 6 anos	21	276.331,82	7,86
Gestão da política da educação	52	270.957,74	7,71
Alimentação escolar	24	113.519,70	3,23
Educação do portador de deficiência	27	16.124,26	0,46
		3.515.919,42	100,00

Fonte: Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas (SIAPC)

Referências

ADHB. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/garruchos_rs < acessado as 15:34 do dia 11 de julho de 2019.

BRASIL. Website Cidades do Brasil. Disponível em >> www.cidades-brasil.com.br << acessado dia 11 de junho de 2019.

GARRUCHOS. Prefeitura municipal de Garruchos. **Website oficial do município de Garruchos / RS.** Disponível em >> www.garruchos.rs.gov.br << acessado dia 11 de junho de 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **IBGE Cidades.** Informações disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/garruchos/panorama> Acessado dia 05 de maior de 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **IBGE Cidades**. Informações do censo de 2000. Podem ser encontradas no web-site do IBGE, disponíveis em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=29&uf=43> Acessado as 15:38 do dia 05 de maior de 2019.

Ministério do Desenvolvimento Regional. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Disponível em: <http://mi.gov.br/web/guest/politica-nacional-de-desenvolvimento-regional>. Acessado às 18:20 do dia 13 de maio de 2019.

ODS, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Relatório Dinâmico/ Garruchos-RS**. Disponível em: <http://rd.portalods.com.br/relatorios/9/erradicacao-da-pobreza/BRA004043175/garruchos--rs>. Acessado às 16:31 do dia 05 de maio de 2019.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, disponíveis em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/garruchos_rs. Acessado às 17:05 do dia 07 de maio de 2019.

SEBRAE/RS. **Perfil das cidades gaúchas**. Dados do município de Garruchos, disponíveis em: https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Garruchos.pdf. Acessado às 08:22 do dia 24 de abril de 2019.

TCE/RS, Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.
Contas Municipais. Disponíveis em: <http://www1.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tce/rs/inicial>. Acessado às 18:29 do dia 14 de maio de 2019.



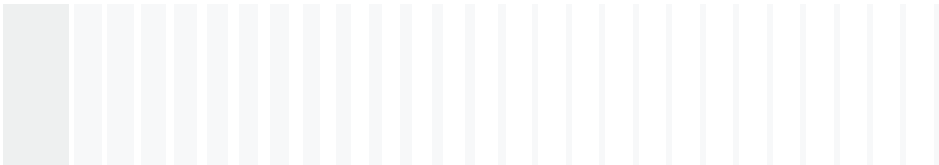
**DICIONÁRIO
SOCIOECONÔMICO
DO MUNICÍPIO DE**

02



ITAQUI/RS

**Itamara Martins de Souza
Márcio Luciano dos Santos Campos
Simone Marasca Gauna
Eduardo Nolla**



INTRODUÇÃO

O presente relatório técnico é trabalho final de avaliação da disciplina Análise Socioeconômica do Contexto Fronteiriço do Rio Grande do Sul (RS), ministrada pelo professor Muriel Pinto. Tem como objetivo a compilação de informações do município de Itaqui, relativas às dinâmicas histórica, econômica e social. Para tanto, além da caracterização do município e sua história, foram coletados dados da organização político-administrativa, orçamentários e socioeconômicos.

Este trabalho foi elaborado com a finalidade de apresentar aos gestores municipais e demais interessados informações e dados sobre o município organizados de forma clara e sucinta. Justifica-se a importância da compilação desses dados devido à necessidade, em determinadas situações, da rápida tomada de decisões, para a qual são necessárias informações disponíveis para que os gestores públicos possam fundamentar suas ações e assim, melhor gerir os recursos públicos, com vistas à busca do bem comum.

As decisões de manutenção, reformulação ou criação de novas políticas públicas, sejam de ordem social, política, cultural ou econômica, carecem do conhecimento do contexto em que essas políticas serão implementadas, assim, este relatório consiste em uma ferramenta de rápido acesso a determinados dados do município de Itaquí.

DINÂMICA ESPACIAL

A dinâmica espacial apresentada neste trabalho compreende informações territoriais, demográficas, históricas, base da economia, cultura e turismo, e caracterização como cidade gêmea em zona de fronteira internacional.

Dados Gerais

Lei de criação: Lei Provincial n. 419 de 06/12/1958

Área: 3.406 km²

População: 38.159 (IBGE, 2010)

População estimada: 37.757 (IBGE 2018)

Fundação: 6 de dezembro de 1858

Gentílico: itaquiense

Acesso rodoviário: BR 472 e RS 529

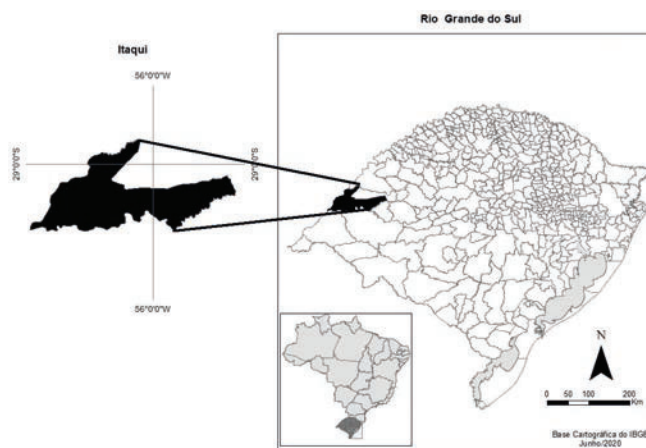
Distância: 680 km da capital do estado

Região: Campanha Ocidental

Microrregião de planejamento COREDE: Fronteira

Oeste

Figura 1 - Mapa de localização do município de Itaqui.



Fonte: Elaborado por Nola Gamalho (2020).

O município Itaqui-RS está localizado oficialmente conforme o IBGE na Mesorregião da Campanha Sudoeste Rio-Grandense. Sua localização geográfica é estratégica nas margens do rio Uruguai sendo uma cidade gêmea da municipalidade argentina de Alvear, pertencente a Província de Corrientes.

História de Itaqui

O Município de Itaquí faz parte do Estado do Rio Grande do Sul, fica localizado às margens do Rio Uruguai, na fronteira com a Argentina. O primeiro indício de vida civilizada foi no ano de 1657, quando os Padres Jesuítas da cidade argentina de La Cruz transpuseram o rio Uruguai e fundaram uma estância. No início do século XIX foi incorporado às terras portuguesas e em 1802 foram concedidas as primeiras sesmarias. Esse povoamento foi se desenvolvendo ao mesmo tempo em que a atividade pecuária se expandia, sendo até os dias atuais, uma das marcas econômicas da região (ACII, *online*).

De acordo com a Lei n. 419, de 6 de dezembro de 1858, Itaquí foi desmembrada do município de São Borja. Nessa época, a população da então Vila, era de aproximadamente quatro mil habitantes. Em maio de 1879 foi elevada à categoria de cidade. Inicialmente, o nome foi São Patrício de Itaquí, em homenagem ao padroeiro local, depois foi simplificado para Itaquí (ACII, *online*).

Base da economia de Itaquí

A produção de arroz no município é a principal responsável pela geração de empregos, de renda e de arrecadação de impostos. São gerados empregos diretos e indiretos, nos meios rural e urbano, distribuídos entre setor primário (agricultura), secundário (indústria) e terciário (comércio e serviços).

Segundo Trindade (2011), a partir de dados do Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA), a área plantada na safra 2009/2010 foi de 66.400 hectares, neste ano, a área plantada de Itaqui foi a segunda maior do Estado. O autor apresenta levantamento do Setor Fiscal da Prefeitura, em 2011, em que informa que 50% da receita do município provém do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), sendo 85% do

retorno de ICMS proveniente da circulação da produção do arroz. Na safra 2016/2017 a área plantada foi de 77.000 hectares, mantendo-se a segunda maior área plantada do estado, com produção de 600.600 toneladas de arroz (IRGA, *online*).

Além da forte presença da orizicultura, no município se exploram outras atividades, a saber, a agropecuária; a agricultura familiar; a indústria de alimentos, de bebidas, e de reaproveitamento da casca do arroz; o comércio, e o setor de serviços.

Turismo e cultura

O município de Itaqui possui turismo histórico, natural, cultural e gastronômico. Entre as edificações e recursos naturais, destacam-se o Teatro Prezewodowski, que é um dos mais antigos da América do Sul, construído no ano de 1883; Castelo Villa Alba; Casilha do Porto; Mercado Público Municipal; Rio Uruguai; Praça Marechal Deodoro da Fonseca; Porto de Itaqui; Igrejas e prédios históricos; Balneário Passo do Silvestre; Flotilha do Rio Uruguai; Estação Férrea.

No que tange os eventos culturais, tem-se: o Festival Canção Farrapa da Casilha; a Semana Farroupilha; o Festival Itaquense de Teatro Amador; a Cavalgada da Mulher; o Carnaval; o Festival de Marchas de Carnaval; o Intercâmbio Cultural Internacional de Arte, Cultura, Educação, Empresas, Turismo, Esporte e Gastronomia do Mercosul.

Em eventos esportivos, acontecem os Jogos da Primavera e Campeonato de Futebol de Salão. Por sua vez, o turismo gastronômico oferece comida típica gaúcha, especialmente nos Centros de Tradição Gaúcha (CTG), durante a Semana Farroupilha.

Figura 2 - Pontos turísticos de Itaquí.

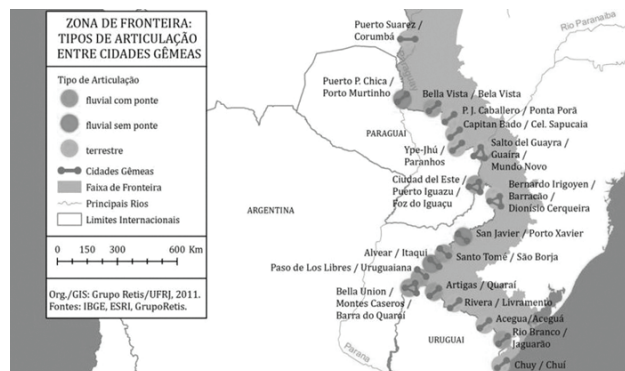


Fonte: ACII, *online*.

Cidades gêmeas

A Portaria n. 125, de 21 de março de 2014, do Ministério da Integração Nacional (MI), estabelece como sendo cidades gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira que se confrontam, formando ou não conurbação urbana, que apresentem potencial de integração econômica e cultural, bem como problemas característicos de fronteira (BRASIL, 2014). Nesta Portaria, Itaqui consta como cidade gêmea por estar localizada na fronteira com a Argentina, confrontando-se ao município de Alvear, que pertence à Província de Corrientes.

Figura 3 - Mapa cidades gêmeas.



Fonte: MARTINS, Patrícia Cristina Statella. A formação do território turístico de Pedro Juan Caballero (Paraguai). a, 2007.

A importância das zonas de fronteira, como região estratégica para o Brasil, passou a ser reconhecida com a criação do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que possui um Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), que tem como objetivo o desenvolvimento regional e a integração com os países da América do Sul (BRASIL, 2009).

São realizadas classificações, para fins de priorização das ações para o desenvolvimento regional. No ano de 2018, foi definida uma nova tipologia sub-regional, construída a partir dos indicadores da renda per capita média e da taxa de variação média do Produto Interno Bruto (PIB) per capita (SNDR, 2017). O município de Itaqui, está classificado com Média Renda e Baixo Dinamismo. Nas regiões de média renda e baixo dinamismo apresenta-se

[...] uma situação desfavorável de renda se soma a incapacidade de se articular a um processo qualquer que lhe traga dinamismo às características estruturais do sistema produtivo local (MRGs ou municípios), refletidas diretamente sobre a população residente e associadas ao rendimento

monetário domiciliar médio mensal per capita (em sua relação com a média nacional) (SNDP, 2017, p. 12)

No art. 2º da Portaria n. 34 de 2018, fica resolvido que as ações e iniciativas “[...] da Política Regional de Desenvolvimento serão direcionadas, prioritariamente, às microrregiões e aos Municípios classificados como de baixa renda e média renda, ambos com baixo, médio e alto dinamismo” (BRASIL, 2018). Observa-se que Itaquí está classificado como município prioritário para receber ações para o desenvolvimento regional.

Reforçando o interesse em integração, foi promulgado o Decreto n. 8.636 de 2016, que consiste em um acordo bilateral entre Brasil e Argentina para facilitação ao exercício de alguns direitos aos residentes em cidades gêmeas e para impulsionar a integração por meio de tratamento diferenciado em questões econômicas, de trânsito, de regime trabalhista e de acesso aos serviços públicos de saúde e educação (BRASIL, 2016).

DINÂMICAS ECONÔMICAS

O município de Itaquí possui na formação político-administrativa do Poder Executivo 13 Secretarias, 6 Assessorias, Controle Interno e o Gabinete do Prefeito. Na esfera funcional conta com 1.251 servidores, sendo 1.159 concursados e 92 cargos comissionados. Ainda, na formação político-administrativa, possui o Fundo de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos de Itaquí e a Fundação Venâncio Ramos da Silva.

Previsão de receitas e receitas arrecadadas em 2019

A composição das receitas arrecadadas provém da Prefeitura Municipal de Itaqui, do Fundo de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos de Itaqui e da Fundação Venâncio Ramos da Silva. Nas tabelas 1, 2 e 3 constam os valores das receitas arrecadadas no exercício de 2019.

Tabela 1 - Execução Orçamentária Prefeitura Municipal de Itaqui - Exercício 2019

Mês	Recurso Livre	Recurso Vinculado	Total
Janeiro	R\$ 4.335.397,64	R\$ 4.016.294,86	R\$ 8.351.692,50
Fevereiro	R\$ 4.274.329,49	R\$ 3.976.619,98	R\$ 8.250.949,47
Março	R\$ 4.386.253,98	R\$ 4.062.121,46	R\$ 8.448.375,44
Abril	R\$ 6.201.681,94	R\$ 4.625.268,24	R\$ 10.926.950,18
Maio	R\$ 4.381.398,40	R\$ 4.802.006,24	R\$ 9.183.404,64
Junho	R\$ 4.022.038,68	R\$ 3.634.605,42	R\$ 7.656.644,10
Julho	R\$ 5.256.394,50	R\$ 5.136.274,98	R\$ 10.392.669,48
Agosto	R\$ 4.014.698,95	R\$ 3.966.709,84	R\$ 7.981.408,79
Setembro	R\$ 4.014.421,65	R\$ 3.642.086,70	R\$ 7.656.508,35
Outubro	R\$ 5.552.955,29	R\$ 6.184.725,33	R\$ 11.737.680,62
Novembro	R\$ 3.814.610,62	R\$ 4.011.054,78	R\$ 7.825.665,40
Dezembro	R\$ 7.582.720,83	R\$ 8.530.483,52	R\$ 16.113.204,35
Total	R\$ 57.836.901,97	R\$ 56.588.251,35	R\$ 114.425.153,32

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do TCE.

Tabela 2 - Execução Orçamentária Fundo de Aposentadoria e Pensão (FAPS) - Exercício 2019

Mês	Plano financeiro	Plano Previdenciário	Total
Janeiro	R\$ 1.170.819,00	R\$ 275.099,69	R\$ 1.445.918,69
Fevereiro	R\$ 775.504,65	R\$ 1.170.204,98	R\$ 1.945.709,63
Março	R\$ 335,08	R\$ 0,00	R\$ 335,08
Abril	R\$ 705.398,50	R\$ 48.188,10	R\$ 753.586,60
Maiο	R\$ 766.481,81	R\$ 1.238.009,61	R\$ 2.004.491,42
Junho	R\$ 1.146.332,86	R\$ 790.364,53	R\$ 1.936.697,39
Julho	R\$ 2.640.035,35	R\$ 495.862,78	R\$ 3.135.898,13
Agosto	R\$ 185.106,75	R\$ 0,00	R\$ 185.106,75
Setembro	R\$ 1.581.467,89	R\$ 353.970,88	R\$ 1.935.438,77
Outubro	R\$ 1.556.838,79	R\$ 836.944,27	R\$ 2.393.783,06
Novembro	R\$ 1.459.414,34	R\$ 973.436,14	R\$ 2.432.850,48
Dezembro	R\$ 6.773.429,36	R\$ 3.273.947,56	R\$ 10.047.376,92
Total	R\$ 18.761.164,38	R\$ 9.456.028,54	R\$ 28.217.192,92

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do TCE

Tabela 3 - Execução Orçamentária Fundação Venâncio Ramos da Silva - Exercício 2019

Mês	Recurso Livre	Recurso Vinculado	Total
Janeiro	R\$	R\$	R\$
Fevereiro	R\$ 29.686,59	R\$	R\$ 29.686,59
Março	R\$	R\$	R\$
Abril	R\$	R\$	R\$
Maio	R\$ 104.058,40	R\$	R\$ 104.058,40
Junho	R\$	R\$	R\$
Julho	R\$	R\$	R\$
Agosto	R\$	R\$	R\$
Setembro	R\$	R\$	R\$
Outubro	R\$	R\$	R\$
Novembro	R\$ 108.263,35	R\$	R\$ 108.263,35
Dezembro	R\$	R\$	R\$
Total	R\$ 242.008,34	R\$	R\$ 242.008,34

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do TCE.

A previsão inicial de arrecadação era R\$ 147.500.000,00, porém ocorreu frustração na arrecadação da receita no valor de R\$ 4.615.645,42. Dessa forma, a receita total arrecadada ficou em R\$ 142.884.354,58.

Fixação de despesas e despesas realizadas em 2019

Na tabela 4 consta o demonstrativo, por órgãos, da previsão inicial de despesas e despesas liquidadas no exercício de 2019.

Tabela 4 - Despesas por Órgão - Exercício 2019

Dotações	Previsão Inicial	Liquidado no ano
Órgão 01 – Câmara Municipal de Vereadores	R\$ 6.000.000,00	R\$ 5.125.157,78
Órgão 02 – Gabinete do Prefeito	R\$ 4.416.400,00	R\$ 4.408.357,64
Órgão 03 – Sec. Mun. da Administração	R\$ 5.798.500,00	R\$ 7.858.955,59
Órgão 04 – Sec. Mun. da Fazenda	R\$ 3.482.000,00	R\$ 3.896.453,44
Órgão 05 – Sec. Mun. de Obras, Viação e Transporte	R\$ 5.325.000,00	R\$ 6.364.894,00
Órgão 06 – Sec. Mun. de Educação	R\$ 40.531.270,00	R\$ 45.591.420,87
Órgão 07 – Sec. Mun. da Saúde	R\$ 21.640.000,00	R\$ 21.241.158,07
Órgão 08 – Sec. Mun. de Serviços Urbanos	R\$ 6.340.200,00	R\$ 7.019.019,05
Órgão 09 – Sec. Mun. da Agricultura	R\$ 2.236.100,00	R\$ 1.177.785,62
Órgão 10 – Sec. Mun. Trabalho, hab. e Assist. Social	R\$ 5.029.000,00	R\$ 3.806.169,30
Órgão 11 – Sec. Mun. da Indústria, Comércio e Turismo	R\$ 240.000,00	R\$ 299.793,89
Órgão 12 – Fundação Venâncio Ramos da Silva	R\$ 300.000,00	R\$ 192.586,63
Órgão 13 – Fundo Aposentadoria e Pensão Servidor	R\$ 38.000.000,00	R\$ 25.412.432,24
Órgão 14 – Sec. Mun. Relações Inst. e Captação Recursos	R\$ 252.600,00	R\$ 470.610,91

Órgão 15 – Sec. Mun. Relações Comunitárias, Def. Civil	R\$ 210.100,00	R\$ 340.140,16
Órgão 16 – Sec. Mun. do Meio Ambiente	R\$ 320.100,00	R\$ 401.058,43
Órgão 17 – Sec. Mun. Esporte, Cultura e Lazer	R\$ 690.000,00	R\$ 842.015,64
Órgão 20 – Reserva de Contingência	R\$ 1.178.730,00	R\$
Órgão 21 – Departamento de Encargos Especiais	R\$ 5.510.000,00	R\$ 6.232.410,30
Total	R\$ 147.500.000,00	R\$ 140.680.419,56

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do TCE.

A tabela 4 demonstra a previsão e a liquidação das despesas. Conforme o art. 63 da Lei n. 4.320 de 1964, “a liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito” (BRASIL,1964). Portanto, são despesas já reconhecidas pela parte contratante. Observa-se que a despesa executada no exercício de 2019 não superou a previsão inicial.

Evolução da despesa com pessoal

A evolução da despesa com pessoal pode ser evidenciada pelo demonstrativo emitido no Portal do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), que traz os valores e o percentual em relação à receita corrente líquida (RCL). Constam na tabela 5 dados de 2010 à 2019.

Tabela 5 - Evolução da despesa com pessoal.

Exercício	Receita Corrente Líquida (RCL)	Evolução da RCL (%)	Despesas com Pessoal	Despesas com Pessoal %/RCL
2010	R\$ 52.003.327,71	14,00	R\$ 26.342.332,61	50,66
2011	R\$ 60.369.610,26	16,09	R\$ 27.156.481,73	44,98
2012	R\$ 67.448.795,89	11,73	R\$ 33.411.735,54	49,54
2013	R\$ 71.257.707,13	5,65	R\$ 38.826.071,35	54,49
2014	R\$ 75.373.914,25	5,78	R\$ 39.365.047,17	52,23
2015	R\$ 80.619.567,83	6,96	R\$ 40.406.192,19	50,12
2016	R\$ 89.934.645,63	11,55	R\$ 48.757.470,62	54,21
2017	R\$ 98.227.799,09	9,22	R\$ 52.542.880,33	53,49
2018	R\$101.305.463,23	3,13	R\$ 60.303.670,04	59,53
2019	R\$115.159.458,48	13,68	R\$ 59.396.665,75	51,58

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do TCE.

Na tabela 5, consta demonstrativo do percentual da despesa com pessoal em relação à receita corrente líquida (RCL). A administração pública municipal deve atentar aos limites das despesas com pessoal, previstos na Lei n. 101 de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Esta lei estabelece normas de finanças públicas para a responsabilidade na gestão fiscal, no que refere-se às despesas com pessoal, estipula que o executivo municipal não pode ultrapassar o percentual de 54% da RCL (BRASIL, 2000). Em Itaqui não foi atingido o limite máximo, mas ultrapassou o limite prudencial, que é 51,3%, neste caso há certas medidas previstas na LRF a serem observadas pelo município.

Os gastos em saúde são as aplicações de recursos em programas, projetos e atividades desenvolvidas na área da saúde. A tabela 7 traz os valores aplicados.

Tabela 7 - Gastos em Saúde - Exercício 2019

Programa	Código	Valor Líquido	%
Administração Geral	3	R\$ 9.608.564,36	51,21
Atenção Básica	75	R\$ 3.750.784,26	19,99
Média e Alta Complexidade	76	R\$ 718.331,05	3,83
Assistência Farmacêutica	65	R\$ 490.950,15	2,62
Vigilância em Saúde	58	R\$ 404.694,35	2,16
Investimento em Saúde	52	R\$ 46.381,99	0,25
Saúde	8	R\$ 2.932.224,43	15,63
Assistência Emergencial e Hospital	67	R\$ 79.250,00	0,42
Saúde da Família	72	R\$ 684.836,00	3,65
Saúde Mental	73	R\$ 41.920,27	0,22
Conselho Municipal da Saúde	70	R\$ 4.320,80	0,02
Gestão SUS – Implant. Ações e serv. Saúde	103	R\$ 115,52	0,00
Total		R\$ 18.762.373,18	100

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do TCE.

Na Saúde, há previsão constitucional para aplicação de 15% das receitas próprias do município (BRASIL, 1988). Em 2019 foi aplicado pelo município o percentual de 15,5% (TCED). Portanto foi cumprida a exigência constitucional de aplicação de recursos próprios em saúde.

DINÂMICAS SOCIAIS

As dinâmicas sociais apresentadas neste trabalho compreendem os indicadores sociais do município de Itaquí. São utilizadas tabelas para visualização de sua evolução temporal, a fim de possibilitar avaliação da condição positiva ou negativa destes indicadores, bem como possibilitar prospecção de cenários. As dimensões apresentadas neste trabalho são: razão de dependência; trabalho e rendimento; educação; índice de desenvolvimento humano; saúde; vulnerabilidade social.

Razão de dependência

Tabela 8 - Evolução da razão de dependência e dos fatores que a influenciam.

	1991	2000	2010
Razão de dependência	62,74%	55,84%	47,61%
Taxa de envelhecimento	4,77%	5,46%	7,22%
Expectativa de vida	70,3 anos	73,5 anos	75,6 anos
Taxa de fecundidade total	3,2 filhos	2,6 filhos	2,4 filhos

Entre 1991 e 2010 houve uma redução de mais de 15% na razão de dependência, este fenômeno se deu pela diminuição

2 A razão de dependência é calculada somando a população menor de 15 anos com a de 65 anos ou mais (dependente), este valor é dividido pela população de 15 a 64 anos (idade ativa) (ADH, *online*).

da população abaixo de 15 anos (dependentes em anos anteriores) e menores índices de natalidade, o que ocasionou o aumento da população potencialmente ativa (entre 15 a 64 anos). A expectativa de vida aumentou em 5 anos e 3 meses no período, a taxa de envelhecimento³ subiu 2,45% e houve diminuição da taxa de fecundidade total em 0,8. Apesar de ter ocorrido uma redução na razão de dependência, os outros três indicadores mencionados podem, em curto prazo, elevar a taxa de dependência novamente.

Trabalho e rendimento

A taxa de desemprego⁴ do município de Itaquí, no ano de 2010, foi de 6,75% (Datasus, *onlineb*). Observa-se que acompanhou a média nacional, que atingiu 6,7%, um dos menores índices registrados em oito anos para o país. Já no primeiro trimestre de 2020 a taxa desemprego nacional subiu para 12,2% (IBGE, *onlineb*). No município não há informações mais recentes, pois depende dos dados coletados no censo demográfico do IBGE, que é realizado a cada dez anos.

Dados do IBGE de 2010 apontam que os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo, por pessoa, correspondiam a 35,7% da população (IBGE, *onlinea*). Nota-se que no período a taxa de desemprego não era muito alta, contudo, a distribuição de renda per capita nos domicílios era igual ou inferior a meio salário mínimo para mais de 1/3 da população local.

O salário médio mensal dos trabalhadores formais em 2017 era de 2,3 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 17,2% (IBGE, *onlinea*). Contudo, na realidade o município conta com

3 A taxa de envelhecimento é calculada a partir da razão entre população de 65 anos ou mais em relação à população total (ADH, *online*).

4 Percentual da população de 16 anos ou mais, economicamente ativa, que está desocupada (Datasus, *onlineb*)

uma boa parcela da população empregada no comércio, que dificilmente remunera seus trabalhadores acima do salário comercial, que em 2017 equivalia a 1.230 reais.

O município de Itaqui caracteriza-se pela concentração de renda. Os números sobre as desigualdades sociais são trazidas na tabela 9, que contém dados para uma comparação histórica de percentuais e índices de pobreza.

Tabela 9 - Evolução da pobreza e desigualdade.

	1991	2000	2010
Pobre ⁵	42,81%	26,23%	11,59%
Extremamente pobre ⁶	17,14%	7,42%	3,55%
Índice de Gini ⁷	0,61	0,57	0,51

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados ADH.

Observa-se que entre 1991 e 2010 diminuiu consideravelmente os percentuais da população pobre e extremamente pobre. Embora a concentração de renda continue alta, nota-se uma evolução gradativa na diminuição da desigualdade, como pode ser verificado na evolução do índice de Gini, que neste período reduziu em um décimo.

5 Pobre é considerada a população que dispõe de até 1/2 de salário mínimo per capita no domicílio, valor que se considera a suficiente para necessidades básicas de alimentação e para outras necessidades essenciais como moradia, transporte, saúde, educação, entre outros (IPEA, online).

6 Extremamente pobre é considerada a população que dispõe de até 1/4 de salário mínimo per capita no domicílio, valor que se considera suficiente apenas para as necessidades alimentares (IPEA, online).

7 O Índice de GINI aponta a diferença entre a renda dos mais pobres e a dos mais ricos. Este índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 0, maior a igualdade de rendimentos, quanto mais próximo de 1, significa que há maior concentração de renda (ADH, *online*).

Educação

O município de Itaqui possui 6 escolas municipais de educação infantil, 10 escolas municipais de ensino fundamental e 9 escolas estaduais, destas, 4 possuem ensino médio e 1 fica localizada no interior do município. No ensino superior público, o município é mantenedor do Polo Universitário da Fronteira Oeste (Pufro), que oferece educação à distância por meio de convênio com a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e universidades públicas; e conta com um campus da Universidade Federal do Pampa (Unipampa).

A Secretaria Municipal de Educação de Itaqui conta com oito setores de assessoramento: Administrativo, Almoxarifado, Alimentação Escolar, Pessoal, Estatística, Prestação de contas do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Supervisão Pedagógica, e Transporte Escolar (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI, onlinea).

Na tabela 10, constam dados da educação básica no município de Itaqui.

Tabela 10 - Dados da educação do município de Itaqui.

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (2010)	98,7%
Ideb - Anos iniciais do ensino fundamental (2017)	5,2
Ideb - Anos finais do ensino fundamental (2017)	4,2
Matrículas no ensino fundamental (2018)	5.002
Matrículas no ensino médio (2018)	1.185
Docentes do ensino fundamental (2018)	319
Docentes do ensino médio (2018)	111

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do IBGE, onlinea.

A taxa de escolarização é satisfatória. Contudo, no que diz respeito à qualidade, o Índice de Desenvolvimento da

Ideb	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

Em comparação com os dados da tabela 10 constata-se que em 2017 Itaqui não atingiu as metas estipuladas no PNE para os anos iniciais e finais do ensino fundamental.

A evolução da escolaridade da população adulta pode apresentar as tendências na área da educação do município. A tabela 12 contém a evolução entre 1991 e 2010.

8 O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. É calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), sendo o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil para os municípios. O índice varia de 0 a 10. Quanto mais próximo de 10, maior o desenvolvimento da educação básica (INEP, 2015).

Tabela 12 - Escolaridade população de 25 anos ou mais.

	1991	2000	2010
Fundamental incompleto e analfabeto	15,1%	10,9%	7,7%
Fundamental incompleto e alfabetizado	58,5%	54,6%	44,9%
Fundamental completo e médio incompleto	12,2%	17%	19,8%
Médio completo e superior incompleto	9%	12,3%	20,4%
Superior completo	5,2%	5,2%	7,2%

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados ADH, online.

Nota-se que, em 2010, ainda havia uma parcela significativa da população que não tinha concluído os estudos formais. O fator positivo observado é a diminuição do analfabetismo em 50% no período. Em relação ao ensino superior, no ano de 2006, a Unipampa iniciou suas atividades no município, já o Pufro iniciou suas atividades no final do ano de 2007. Portanto, estes dados ainda não refletem o impacto destas instituições de ensino superior no município.

Índice de desenvolvimento humano

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)⁹ é composto por indicadores de longevidade, educação e renda. O IDHM de Itaqui em 2010 era 0,713, o que coloca o município na faixa de desenvolvimento humano alto, que situa-se entre 0,700 e 0,799. O indicador que mais contribuiu para a elevação do IDHM do município foi a longevidade, que obteve índice de 0,843, seguido do indicador renda, com índice de 0,687, e de Educação, com índice de 0,626 (ADH, online).

⁹ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano (PNUD, 2019).

- Academias públicas em 7 bairros, com atendimento de 2 educadores físicos;
- Ambulatório de Saúde Mental, Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Mentres Brilhantes e CAPS Sentimentos, responsáveis pelo atendimento de saúde mental, psicossocial, de atenção a usuários de substâncias psicoativas e aos que possuam transtorno mental;
- 5 Estratégia de Saúde da Família (ESF);
- 4 Unidades Básicas de Saúde (UBS);
- Centro de Saúde - UBS com atendimento de atenção básica e de média complexidade;
- 1 Hospital;
- atendimentos: Fisioterapia, Odontologia, fonoaudiologia;
- Laboratório municipal e contratados;
- Farmácia Popular;
- Transportes em saúde;
- Vigilância em Saúde, Epidemiológica, Ambiental e Sanitária (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI, onlineb).

A taxa de mortalidade infantil¹⁰, conforme dados de 2017, é de 18,15 óbitos para cada mil nascidos vivos (IBGE, onlinea), número acima da meta estipulada nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização

62

das Nações Unidas (ONU), que é a redução da mortalidade infantil, até 2030, para 12 a cada mil nascidos, e se possível, ainda menos que isso.

Os dados referentes à habitação em 2010 apontavam que 94,86% dos domicílios possuíam água encanada, 99,69% contavam com o serviço energia elétrica e 97,59% contavam com o serviço de coleta de lixo (ADH, online). Os números acima de 90% demonstram que não faltava muito para que os serviços de abastecimento de água encanada, de energia elétrica e de coleta de lixo estivessem disponíveis para a totalidade da população.

Menos animador é o percentual de domicílios que apresentavam esgoto sanitário adequado, que correspondia a 68,5%, conforme dados de 2010 (IBGE, onlinea). O município possui desde 2010 plano municipal de saneamento básico, conta com conselho municipal de saneamento e tem um fundo de gestão compartilhada de saneamento (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI, onlined). A partir do levantamento de dados no próximo censo será possível avaliar se houve melhoria nas condições sanitárias no município com o desenvolvimento da política de saneamento básico.

As condições sanitárias em que a população está inserida influenciam na saúde. Uma das doenças causadas pela falta de condições sanitárias adequadas é a diarreia, que em 2016 levou a 1,2 internações para cada mil habitantes de Itaquí (IBGE, onlinea).

Vulnerabilidade social

O município de Itaquí possui a Secretaria de Trabalho, Habitação e Assistência Social, que é responsável pelos serviços sociais. Conta com:

- Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que presta serviços de atenção básica às famílias em

situação de vulnerabilidade social;

- Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS), onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados;
- Serviço de Acolhimento de alta complexidade: Lar Da Juventude São Patrício, que acolhe adolescentes e jovens dos 12 aos 18 anos incompletos e Fundação Venâncio Ramos, que acolhe crianças de zero aos 12 anos incompletos;
- Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, responsável por zelar pelo cumprimento e a efetivação dos direitos garantidos na Constituição Federal (CF) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Eca);
- Setor de Habitação, que tem como objetivo atender as demandas emergenciais de usuários que estejam inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, que tenham direito aos benefícios habitacionais (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI, onlinec).

A Secretaria é responsável pela realização da inserção das famílias no Cadastro Único, programa social do governo federal. Em abril de 2020 havia 5.131 famílias registradas no Cadastro e a taxa de atualização cadastral era de 78,81%, percentual de atualização considerado satisfatório pelo Ministério da Cidadania (MC) (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, online). Este cadastro serve para o governo avaliar os dados dos usuários para a concessão de benefícios ligados a programas sociais, tais como, tarifa social de energia elétrica, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa Bolsa Família, entre outros.

O programa de transferência de renda Bolsa Família beneficia aproximadamente 11% da população de Itaquí.

Em maio de 2020, estavam registradas 1.505 famílias, o que representa 4.322 pessoas beneficiadas, sem o recebimento do benefício, 558 famílias estariam em situação de extrema pobreza (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, online). Relatório do MC a partir de estimativa realizada utilizando dados do IBGE, aponta que a cobertura do programa no município é de 53% das famílias pobres, indica-se à gestão municipal que realize ações para localizar famílias que se enquadrem no perfil do programa e ainda não estejam cadastradas (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, online).

A Secretaria também trabalha na busca da redução da vulnerabilidade social. Em 2010 o município apresentava Índice de Vulnerabilidade Social¹¹ 0,231, o que coloca o município no parâmetro entre 0,201 e 0,300, que é considerada baixa vulnerabilidade social (IPEA, onlineb).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos dados coletados, observa-se que a orizicultura é a base da economia do município, contudo, há que se fomentar, também, as outras atividades econômicas, tais como, as atividades agropecuárias; agricultura familiar; indústria de alimentos, de bebidas e de reaproveitamento da casca do arroz; comércio e serviços locais. A promoção de ações em turismo e cultura também podem ser uma fonte de geração de renda, além de trazer ganhos culturais. Há potencial para melhorar a exploração do turismo histórico, cultural, ecológico, arquitetônico, religioso e gastronômico, bem como os festivais de cultura gaúcha, que ganham maior visibilidade apenas na Semana Farroupilha.

O município está localizado na faixa de fronteira, cidade

11 O índice de vulnerabilidade social é composto por 16 indicadores da plataforma Atlas de Desenvolvimento Humano (ADH) divididos em 3 dimensões: infraestrutura urbana, capital humano, e renda e trabalho. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior é a de vulnerabilidade social (IPEA, 2018).

gêmea ao município de Alvear. A partir da promulgação do Decreto n. 8.636 de 2016 foram apontadas direções no sentido de integração com os vizinhos argentinos na busca de soluções a problemas comuns e para o desenvolvimento regional. Destaca-se também as políticas nacionais de desenvolvimento regional, por Itaqui estar classificado como de média renda e baixo dinamismo, possui prioridade para receber ações, conforme Portaria n. 34 de 2018. Cabe aos gestores municipais buscarem informações para usufruir destas ações e recursos.

Na dimensão econômica, a arrecadação das receitas em 2019 não superou sua previsão, foi arrecadado o total de R\$ 142.884.354,58, valor inferior ao previsto em R\$ 4.615.645,42. Enquanto a despesa liquidada foi inferior à fixada, atingindo R\$ 140.680.419,56. Desta forma, a receita arrecadada foi maior que a despesa liquidada em mais de 2 milhões, o que garantiu um orçamento superavitário.

Nas áreas da educação e da saúde os gastos superaram os percentuais constitucionais de aplicação exigidos, o município atingiu 40,63% na educação e 15,50% na saúde. Outra despesa que merece atenção é o gasto com pessoal, que atingiu 51,58% da RCL, ainda não ultrapassou o limite máximo de 54% estipulado na LRF, porém, está acima do limite prudencial que é de 51,3%, logo, exige atenção do executivo e a observância das medidas prevista na LRF.

As dinâmicas sociais apresentam o panorama das condições de vida da população e sua evolução. A razão de dependência pode ser utilizada para a prospecção de cenários futuros, a fim de pensar políticas públicas destinadas a garantia da sustentação do mercado de trabalho e a cobertura previdenciária.

Os dados sobre emprego e pobreza são de 2010, portanto não permitem uma análise do panorama atual, somente a partir do próximo censo do IBGE serão disponibilizados dados atualizados e confiáveis. Já foi constatado aumento do desemprego em nível nacional no primeiro semestre de 2020,

há que se se verificar com que intensidade os trabalhadores locais serão afetados. Em relação à pobreza, a série histórica demonstra que está diminuindo, contudo, a concentração de renda ainda persiste relativamente alta.

Na cobertura educacional, o município contempla a educação básica e superior, estando deficitário o ensino técnico, que não é ofertado na rede pública. A taxa de escolarização entre 6 a 14 anos, em 2010, correspondia a 98,7%, excelente resultado. Menos satisfatório foi o resultado do Ideb em 2017, o município não atingiu a média estipulada no PNE para as séries iniciais e finais do ensino fundamental. Desta forma, verifica-se a necessidade de ações para melhoria da qualidade da educação básica no município.

Em relação à escolaridade da população com mais de 25 anos, a série histórica aponta que em 2010 ainda existia uma parcela significativa da população que não concluiu os estudos na educação básica, 64,7% e havia 7,7% que eram analfabetos. Necessita-se de dados do novo censo para atualizar essas informações e verificar se houve alguma alteração, em especial algum impacto após a implantação do ensino superior público no município.

O IDHM em 2010 era considerado alto, foi elevado especialmente pelo indicador de longevidade, que obteve índice de 0,843, seguido do indicador renda, com índice de 0,687, e de educação, com índice de 0,626. Portanto, apesar desse índice ser considerado alto, a análise dos indicadores em separado confirma a necessidade de ações para melhoria na renda e na educação.

Na área da saúde, o município dispõe de uma rede de atendimento que compreende saúde física e mental. Possui como instrumento de planejamento o Plano Municipal de Saúde, que define diretrizes, objetivos e metas a serem atingidas. Conta, também com o Conselho Municipal de Saúde, responsável pela fiscalização da aplicação de recursos em saúde e participação na formulação e manutenção das

políticas públicas de saúde. Duas questões de saúde merecem atenção, a taxa de mortalidade infantil de 18,15 óbitos para cada mil nascidos, que supera a meta estipulada nos ODS de redução da mortalidade infantil para 12 a cada mil nascidos, até 2030. Logo, exige averiguação das causas da mortalidade infantil e realização de intervenção para sua redução. A outra questão de saúde é o número de internações por diarreia de 1,2 a cada mil habitantes, fator diretamente relacionado a más condições sanitárias. Conforme dados de 2010, somente 68,5% dos domicílios apresentam esgoto sanitário adequado, assim, há necessidade de atuação do poder público para o aumento da cobertura. Sabe-se que se existe uma política municipal de saneamento básico, com a realização do próximo censo será possível avaliar a evolução da cobertura.

Outros serviços básicos essenciais são o abastecimento de água, a energia elétrica e a coleta de lixo, que apresentavam dados satisfatórios em 2010, com mais de 90% de cobertura, aproximando de 100%. Como fator negativo, o município não conta com coleta seletiva de resíduos sólidos, o que causa danos ao meio ambiente pela destinação de todo o lixo aos aterros sanitários, bem como custos de transporte.

Por fim, destacam-se os trabalhos desenvolvidos pela Secretaria de Trabalho, Habitação e Assistência Social que realiza a identificação e inserção de famílias no cadastro único para que tenham acesso aos programas sociais, que é considerado satisfatório pelo MC. A vulnerabilidade social do município em 2010 era considerada baixa, esse dado pode ser reflexo do trabalho realizado na localização e cadastro das famílias em programas sociais, bem como da estrutura de atendimento disponibilizada pela Secretaria nos CRAS, Serviços de Acolhimento, Conselho Tutelar e Setor de habitação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um contexto geral, o município apresenta uma situação razoável, contudo, é necessário dar maior atenção a algumas questões específicas, tais como, manutenção das atividades econômicas consolidadas e estímulo às atividades emergentes, busca de soluções para os problemas que envolvem emprego e renda, investimento na melhoria da qualidade da educação, redução da mortalidade infantil, manutenção dos serviços de saúde e de assistência social de qualidade, aumento da cobertura do serviço de saneamento básico, realização de ações para a arrecadação necessária para manutenção das atividades, controle do percentual de comprometimento da RCL em despesas com pessoal. Estas questões podem gerar impactos no curto e longo prazo, portanto, o planejamento e a promoção de ações são necessários para que o município não retroceda em seu desenvolvimento, bem como atinja melhores índices econômicos e sociais.

REFERÊNCIAS

Associação Comercial e Industrial de Itaquí. **Conheça Itaquí**. ACII, *online*. Disponível em: <<http://aciitaqui.com.br/conheca-itaqui>>. Acesso em: 01 jul 2019.

Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. **Perfil de Itaqui**. ADH, online. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/itaqui_rs>. Acesso em: 30 abr. 2019.

BARIANI, Cassiane Jayrj de Melo Victoria; BARIANI, Nelson Mario Victoria. **Distribuição espacial mensal de variáveis físico-químicas em cursos hídricos de Itaqui, RS.** Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/10780/pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 03 jul. 2019.

BRASIL. **Lei, n. 4.320**, 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm#:~:text=LEI%20No%204.320%2C%20DE%2017%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%201964&text=Estatui%20Normas%20Gerais%20de%20Direito,Munic%C3%A1dios%20e%20do%20Distrito%20Federal>. Acesso em: 03 jul. 2019.

BRASIL. **Decreto, n. 8.636**, 13 de janeiro de 2016. Promulga o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, firmado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8636.htm>. Acesso em: 30 jan. 2018.

BRASIL. **Lei Complementar, n. 101**, 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 03 jul. 2019.

BRASIL. **Portaria n. 125**, 21 de março de 2014. Estabelece o conceito de cidades-gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. 2014. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=24/03/2014&jornal=1&pagina=45&totalArquivos=152>>.

Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. **Portaria n. 34**, 18. jan. 2018. Atualiza a classificação das microrregiões segundo a tipologia do Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências. 2018. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/Biblioteca/Portaria-34-de-18-de-janeiro-de-2018-Tipologia-PNDR.pdf>>. Acesso em 01 mai. 2019.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **PDF Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. 2009. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=e5ba704f-5000-43df-bc8e-01df0055e632&groupId=10157>. Acesso em: 01 mai. 2019.

DATASUS. **Indicadores demográficos**. *onlinea*. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibd2000/fqa05.htm>>. Acesso em: 11 jun. 2019.

DATASUS. **Indicadores de desemprego**. *onlineb*. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/censo/cnv/desemprrs>>. Acesso em: 11 jun. 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama de Itaquí - Cidades**. IBGE, *onlinea*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/itaqui/panorama>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Painel de Indicadores**. IBGE, *onlineb*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/indicadores#desemprego>>. Acesso em: 08 jun. 2020.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Inep, 2015. Disponível em: <<http://inep.gov.br/ideb>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Renda**. IPEA, *onlinea*. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/03.renda.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2019.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Mapa de vulnerabilidade social**. IPEA, *onlineb*. Disponível em: <<http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/mapa>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Métodos e conceitos para o cálculo do índice de vulnerabilidade social com base nas PNADs e desagregações**. IPEA, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180426_RI_>

metodos_e_conceitos.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2019.

Instituto Rio Grandense do Arroz. **Safras**. *online*. Disponível em: <<https://irga.rs.gov.br/safras-2>>. Acesso em: 09 jun. 2020.

MARTINS, Patrícia Cristina Statella. **A formação do território turístico de Pedro Juan Caballero (Paraguai)**. UFMS. Programa de Mestrado em Geografia, 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Patricia_Martins26/publication/277236672_A_formacao_do_territorio_turistico_de_Pedro_Juan_Caballero_Paraguai/links/5a3c2e34458515f7ea52ede4/A-formacao-do-territorio-turistico-de-Pedro-Juan-Caballero-Paraguai.pdf>. Acesso em 02 jul. 2019.

Ministério da Cidadania. **Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município**. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/relatorio-completo.html>>. *online*. Acesso em 08 jun. 2020.

Ministério da Educação. **Planejando a Próxima Década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2019.

Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.**
Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>.
Acesso em: 01 jul. 2019.

Prefeitura Municipal de Itaquí. **Secretaria de Educação**. *online*. Disponível em: <http://www.itaqui.rs.gov.br/?action=governo_pastas_detalle&dpto_id=6&aId=2>. Acesso em: 02 jul. 2019.

Prefeitura Municipal de Itaquí. **Secretaria de Saúde - Plano Municipal de Saúde**. *onlineb*. Disponível em: <http://www.itaqui.rs.gov.br/?action=governo_pastas_detalhe&dpto_id=11&aId=3>. Acesso em: 02 jul. 2019.

Prefeitura Municipal de Itaquí. **Secretaria de Trabalho, Habitação e Assistência Social.** *online*ec. Disponível em: <http://www.itaqui.rs.gov.br/?action=governo_pastas_detalhe&dpto_id=6&aId=2>. Acesso em: 02 jul. 2019.

Prefeitura Municipal de Itaquí. **Legislação - Saneamento.** *online*. Disponível em: <<http://www.itaqui.rs.gov.br/?action=legislacao-lista&r&tipo=&numero=&ano=&termos=saneamento>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. O que é o

DHM. PNDU, 2019. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional. **Nota técnica 52, 30 nov. 2017.** Proposta de atualização da Tipologia Sub-regional da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). SNDR, 2017. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/Biblioteca/Nota_Tcnica-52_2017.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2019.

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. **Portal da Transparência.** TCEa. Disponível em: <<https://transparencia.itaqui.rs.gov.br/receitas#>>. TCEa. Acesso em: 30 jun. 2019.

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. **Consulta Evolução das Contas, Evolução da Despesa com Pessoal.** TCEb. Disponível em: <<http://www1.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=20001:7::NO::>>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. **Controle Social – Educação.** TCEc. Disponível em: <<http://www1.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=20001:61:>>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. **Controle Social – Saúde.** TCEd. Disponível em: <http://www1.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=F20001:75:4850529447848::RP,75,76,77,78,79:P75_MUNICIPIO,P75_ORGAO,P75_ANO:ITAQUI,50500,2018>. Acesso em: 01 jul. 2019.

TRINDADE, Edilmar Azambuja. **A Orizicultura Irrigada em Itaqui-RS: história, situação atual e perspectivas.** UFRGS. Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural. 2011. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/54678>>. Acesso em 29 jun. 2019.



**DICIONÁRIO
SOCIOECONÔMICO
DO MUNICÍPIO DE**

03



**Eduardo Nolla
Daniele Bonapace dos Santos Lencina
Leandro de Almeida Serres
Muriel Pinto**



DINÂMICA ESPACIAL, CARACTERIZAÇÃO E HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

Por dinâmica espacial se compreende o conjunto de informações acerca da localização, organização político administrativa, movimentos demográficos, sociais, históricos e econômicos do município de Maçambará-RS.

Nome: Maçambará

Gentílico: Maçambarense

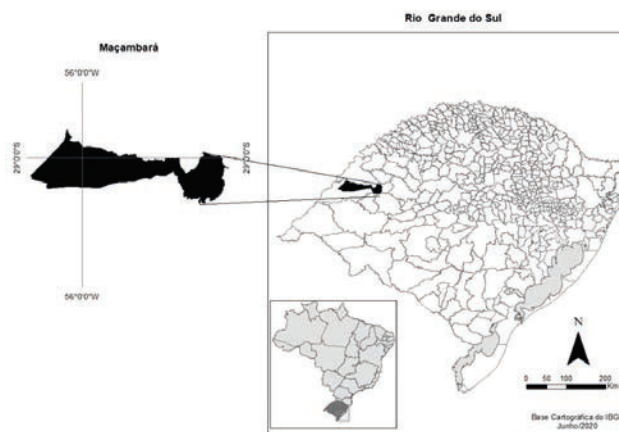
Data Emancipação: 22 de outubro de 1995

Figura 1 – Dados populacionais do município de Maçambará-RS

Gentílico	Maçambarense
Prefeita	Adriane Bortolaso Schramm
População estimada (2019)	4.587
População no último censo (2010)	4.738
Densidade demográfica (2010)	2,82 hab/Km²

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/macambara/panorama>

Figura 2 – ca do Município de Maçambará-RS



Fonte: Nola Gamalho (2020).

Com uma área de 1.682,80 Km², o município está à 700 km da Capital do Estado Porto Alegre, possui como limites

geográficos os municípios de São Borja, Itaqui, Unistalda, Manoel Viana e São Francisco de Assis. Suas principais vias de acesso são RS 566, RS 529 e RS 176.

Mesorregião: Campanha Sudoeste Rio-Grandense

Microrregião: Campanha Ocidental

Região de Planejamento: Corede Fronteira Oeste

Altitude: 110,00m

IDH (2013): 0,684.

A origem do nome Maçambará é indígena e significa “capim de pasto onde acampam os tropeiros”, que é comum nesta região. Originou-se do município de Itaqui, por vontade de algumas autoridades da época, entre elas o Prefeito Municipal de Itaqui, Euclides Aranha. Seu antigo nome “Recreio” surgiu graças às fazendas de criação de gado, entre elas: Recreio, São Donato, Santo Cristo, São Jorge, Santo Izidro, algumas destas remanescentes dos Sete Povos das Missões.

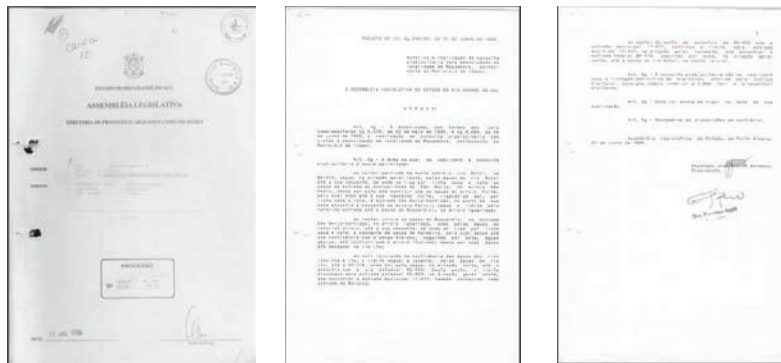
Anos depois esse nome foi trocado por Maçambará, pois se sabia que já havia uma localidade com o nome de “Recreio do Sul” no Estado, e também para não confundir o nome do povoado com o nome da fazenda. Em vista desta origem e também dadas às características econômicas da região, a população do município concentra-se na zona rural, dependente, sobretudo da atividade agrícola, mais especificamente do cultivo de arroz.

Figura 3 – Trevo de acesso a cidade



Fonte: <https://pesquisandocidades.blogspot.com>

Após a criação de uma comissão emancipatória presidida, pelo Senhor Alberi Jovino Foletto, foi realizada uma consulta plebiscitária definindo, que Maçambará, deixaria de ser distrito de Itaqui passando então, a buscar sua emancipação. Na época o atual prefeito de Itaqui era o senhor Jarbas da Silva Martini.



A Lei N° 10.646, de 28 de dezembro de 1995 cria o Município de Maçambará.

Art. 1º É criado o Município de Maçambará, com área que se emancipa do Município de Itaqui.

Parágrafo único - O território do novo município é assim delimitado:

¹**Ao norte:* partindo da Ponte sobre o Rio Butuí, na BR-472, segue pelo Rio Butuí, à montante, até sua nascente, de onde se liga por linha seca de sentido leste ao passo da estrada da Encruzilhada de São Borja, no Arroio São Pedro (ou Restinga de São Pedro); segue por este Arroio à jusante até confluir com o Arroio Puitã, pelo qual segue à montante até a sua nascente noroeste, ligando-se daí, por linha seca de sentido noroeste à estrada São Borja-Santiago,

no ponto em que esta encontra a nascente sudeste do Arroio Pariri; segue pela referida estrada em sentido geral leste até o passo do Buscardini, no Arroio Iguariaçá;

**Ao leste:* inicia no passo do Buscardini na estrada São Borja-Santiago, no Arroio Iguariaçá, e segue por este Arroio à montante até a sua nascente sudeste, de onde se liga por linha seca de sentido geral sudeste à nascente leste da Sanga da Palmeira, seguindo por esta, à jusante, até sua confluência com a Sanga Guaiaco, seguindo por esta, à jusante, até confluir com o Arroio Ituzinho (ou Itu-Mirim) e por este à jusante até confluir com o Rio Itu;

**Ao sul:* inicia na confluência do Arroio Ituzinho (ou Itu-Mirim) com o Rio Itu, e segue por este, à jusante, até a ponte na RS-176, seguindo por esta rodovia, em sentido geral noroeste, até bifurcar com a Rodovia RS-453. Deste ponto, segue pela RS-453, em sentido geral oeste até sua bifurcação com a Estrada Municipal IT-411, também conhecida como Estrada da Balança.

**Ao oeste:* da bifurcação da RS-453 com a estrada Municipal IT-411, continua por esta última em sentido geral noroeste até bifurcar com a Rodovia BR-472, seguindo por esta, em sentido geral nordeste, até a ponte do Rio Butuí.

Figura 4 – Foto aérea do município



Fonte: Arquivo Prefeitura do Município

Em Maçambará está localizada a Reserva Biológica de São Donato ocupando uma área de 4.392 hectares. Foi criada pelo Decreto Estadual nº 23.798, de 12 de março de 1975. Seus ecossistemas de campo são banhados, vassourais, vegetação de tabuleiros, mata-palustre, mata de galeria e capões de mata arbóreo-arbustiva. Algumas espécies da flora encontradas são: o angico, a figueira, o salso e o jerivá.

Figura 5 - Reserva Biológica de São Donato em Maçambará-RS



Fonte: <https://pesquisandocidades.blogspot.com>

A fauna é rica em espécies de aves como pássaro-preto-de-veste-amarela, amarreca-asa-branca, a guaravaca-de-

crista-branca, o caboclinho-de-barriga-vermelha e o carretão, e mamíferos como o zurrilho, o mão-pelada (ou guaxinim), e dos ameaçados de extinção gatos-do-mato e lontra.

ECONOMIA

A economia do município é de base primária, caracterizando-se o latifúndio monocultor. Possui 235 propriedades rurais com 54.546 hectares plantadas e com uma produção agrícola avaliada em R\$ 207,6 milhões (dados de 2017). Possui uma característica comercial bastante dependente dos municípios vizinhos, haja visto que seu processo de emancipação recente decorre de uma função primária quanto a geração de riqueza e renda, porém percebe-se um grande incentivo por parte da gestão pública para o desenvolvimento dos setores secundário e terciário, assim como um enorme potencial de evolução.

DINÂMICAS SOCIAIS

As dinâmicas sociais expostas no presente trabalho abarcam os indicadores sociais do município de Maçambará/RS.

IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano)

- **□ que é o IDHM?**

É uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global - longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais, e, com

isso, são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros. (Atlas Brasil, 2013)

IDHM de Maçambará

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Maçambará é 0,684, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,832, seguida de Renda, com índice de 0,664, e de Educação, com índice de 0,580.

Tabela 1 – Evolução do IDHM de Maçambará-RS

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,171	0,371	0,580
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	16,98	23,53	38,85
% de 5 a 6 anos na escola	22,77	44,46	94,28
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	36,70	68,58	93,33
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	4,69	60,59	57,87
% de 18 a 20 anos com médio completo	4,29	12,71	38,10
IDHM Longevidade	0,686	0,747	0,832
Esperança de vida ao nascer	66,18	69,80	74,89
IDHM Renda	0,559	0,639	0,664
Renda per capita	259,02	426,54	499,71

Fonte: Atlas Brasil – IPEA. Formatação elaborada pelos autores desse estudo.

DEMOGRAFIA

População

Entre 2000 e 2010, a população de Maçambará cresceu a uma taxa média anual de - 0,61%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 22,84% para 27,65%. Em 2010 viviam, no município, 4.738 pessoas. Segundo previsão do instituto a estimou-se uma população de 4.587 pessoas. Nesse sentido, houve uma redução de 0,96% em relação a 2010.

Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 0,76%. Na UF, esta taxa foi de 1,21%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 17,23% para 22,84%. (Atlas Brasil, 2013)

Tabela 2 – População do Município de Maçambará-RS

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	4.702	100,00	5.035	100,00	4.738	100,00
População residente masculina	2.508	53,34	2.655	52,73	2.418	51,03
População residente feminina	2.194	46,66	2.380	47,27	2.320	48,97
População urbana	810	17,23	1.150	22,84	1.310	27,65
População rural	3.892	82,77	3.885	77,16	3.428	72,35

Fonte: Atlas Brasil – IPEA. Formatação elaborada pelos autores desse estudo.

Estrutura Etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência no município passou de 54,64% para 46,64% e a taxa de envelhecimento, de 5,04% para 6,27%. Em 1991, esses dois indicadores eram, respectivamente, 61,31% e 4,19%. Já na UF, a razão de dependência passou de 65,43% em 1991, para 54,88% em 2000 e 45,87% em 2010; enquanto a taxa de envelhecimento passou de 4,83%, para 5,83% e para 7,36%, respectivamente. (Atlas Brasil, 2013).

Tabela 3 – Faixas etárias da população de Maçambará-RS

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	1.590	33,82	1.525	30,29	1.210	25,54
15 a 64 anos	2.915	61,99	3.256	64,67	3.231	68,19
População de 65 anos ou mais	197	4,19	254	5,04	297	6,27
Razão de dependência (1)	61,31	-	54,64	-	46,64	-
Taxa de envelhecimento (2)	4,19	-	5,04	-	6,27	-

(1) Percentual da população de menos de 15 anos e da população de 65 anos e mais (população dependente) em relação à população de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa).

(2) Razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total.

Fonte: Atlas Brasil – IPEA. Formatação elaborada pelos autores desse estudo.

Longevidade, mortalidade e fecundidade

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 23,1 óbitos por mil nascidos vivos, em 2000, para 12,9 óbitos por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 28,3. Já na UF, a taxa era de 12,4, em 2010, de 16,7, em 2000 e 22,5, em 1991. Entre 2000 e 2010, a

taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 óbitos por mil nascidos vivos para 16,7 óbitos por mil nascidos vivos. Em 1991, essa taxa era de 44,7 óbitos por mil nascidos vivos.

Com a taxa observada em 2010, o Brasil cumpre uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015. (Atlas Brasil, 2013).

Tabela 4 – Esperança de vida ao nascer, mortalidade infantil e taxa de fecundidade de Maçambará-RS

	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	66,2	69,8	74,9
Mortalidade infantil	28,3	23,1	12,9
Mortalidade até 5 anos de idade	33,1	26,9	15,1
Taxa de fecundidade total	3,7	3,1	2,1

Fonte: Atlas Brasil – IPEA. Formatação elaborada pelos autores desse estudo.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 5,1 anos na última década, passando de 69,8 anos, em 2000, para 74,9 anos, em 2010. Em 1991, era de 66,2 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991. (Atlas Brasil, 2013).

SAÚDE

A título metodológico, o ano informado em relação ao dado, são os mais atualizados, levando em consideração as publicações dos órgãos oficiais.

Tabela 4 – Nascimentos, óbitos, imunizações, estabelecimentos e servidores da saúde

Nascimentos, cuja residência da mãe é no município (2017)	48	
Óbitos, cuja residência do de cujus era no município (2017)	18	
Imunizações (doses aplicadas) (2018)	1.487	
Estabelecimentos de Saúde SUS (2019)*	5 (1 na cidade e 4 no interior)	
Servidores na área da saúde (2019)*	Assistente Social	01
	Dentistas concursados	04
	Enfermeiros(as) padrão	03
	Médicos contratados	07
	Técnicos(as) em enfermagem	07
	Psicólogo (a)	01

Fonte: IBGE, Atlas Brasil – IPEA. Formatação elaborada pelos autores desse estudo.

EDUCAÇÃO

Crianças e Jovens

Proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação. (Atlas Brasil, 2013).

A título metodológico, o ano informado em relação ao dado, são os mais atualizados, levando em consideração as publicações dos órgãos oficiais.

Tabela 5 – Índices educacionais de crianças e Jovens do Município de Maçambará-RS

	(%)	Ano
Proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola	94,28%	2010

Proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	93,33%	2010
Proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	57,87%	2010
Proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo	38,10%	2010
Proporção de jovens de 18 a 24 anos cursando ensino superior	11,54%	2010
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos	99,3%	2017
	Número	Ano
Matrícula no ensino fundamental	456	2019
Docentes no ensino fundamental	29	2019
Estabelecimentos de ensino fundamental	3	2019
IDEB – anos iniciais do ensino fundamental (rede pública) (Nota)	5,2	2017
IDEB – anos finais do ensino fundamental (rede pública) (Nota)	3,3	2017

Fonte: IBGE, Atlas Brasil – IPEA e INEP. Formatação elaborada pelos autores desse estudo.

População Adulta

Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo.

Tabela 6 - Índices educacionais de Adultos do Município de Maçambará-RS

	2000	2010
População de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo	23,53%	38,85%
Percentual da população com 25 anos ou mais de idade		2010
Analfabetos		12,27%
Ensino fundamental completo		33,51%
Ensino médio completo		17,48%
Ensino superior completo		5,10%

Fonte: Atlas Brasil – IPEA. Formatação elaborada pelos autores desse estudo.

Cabe salientar que esse indicador carrega uma grande problemática, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade.

RENTA

Tabela 7 – Índices de renda do Município de Maçambará-RS

Renda per capita média	2000	2010
	R\$ 426,54	R\$ 499,71
Proporção de pessoas pobres (com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00)	35,35%	13,49%

Fonte: Atlas Brasil – IPEA. Formatação elaborada pelos autores desse estudo.

ÍNDICE GINI

É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

Figura 8 – Porcentagem de habitantes pobres, extremamente pobres e índice de Gini de Maçambará-RS

	1991	2000	2010
Renda per capita	259,02	426,54	499,71
% de extremamente pobres	30,55	13,16	4,63
% de pobres	55,59	35,35	13,49
Índice de Gini	0,61	0,66	0,50

Fonte: Atlas Brasil – IPEA. Formatação elaborada pelos autores desse estudo.

TRABALHO

Entre 2000 e 2010, a **taxa de atividade** da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 58,81% em 2000 para 65,18% em 2010.

Ao mesmo tempo, sua **taxa de desocupação** (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 13,54% em 2000 para 4,23% em 2010.

Figura 9 – Índices de trabalho de Maçambará-RS

	2000	2010
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	58,81	65,18
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	13,54	4,23
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	57,49	58,10
Nível educacional dos ocupados		
% dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais	24,22	44,68
% dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais	11,59	25,50
Rendimento médio		
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. - 18 anos ou mais	53,19	27,09
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m. - 18 anos ou mais	86,43	83,38
% dos ocupados com rendimento de até 5 s.m. - 18 anos ou mais	94,87	96,27

Fonte: Atlas Brasil – IPEA. Formatação elaborada pelos autores desse estudo

HABITAÇÃO

Figura 10 - Índices habitacionais de Maçambará-RS

	1991	2000	2010
% da população em domicílios com água encanada	63,04	89,67	85,96
% da população em domicílios com energia elétrica	78,47	94,45	99,35
% da população em domicílios com coleta de lixo	66,02	81,43	81,00

Fonte: Atlas Brasil – IPEA. Formatação elaborada pelos autores desse estudo.

VULNERABILIDADE SOCIAL

Figura 11 – Índices de vulnerabilidade social de crianças e jovens em Maçambará-RS

Crianças e Jovens	1991	2000	2010
Mortalidade infantil	28,32	23,10	12,90
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	93,28	76,00
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	25,17	9,92	0,79
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	25,78	9,08
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	0,82	2,01	3,17
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	3,85	10,65

Fonte: Atlas Brasil – IPEA. Formatação elaborada pelos autores desse estudo

Figura 12 – Índices de vulnerabilidade social de famílias, trabalho e renda e condições de moradia em Maçambará-RS

Família			
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	13,47	5,65	9,19
% de vulneráveis e dependentes de idosos	0,51	3,47	2,56

% de crianças extremamente pobres	40,09	17,25	5,85
Trabalho e Renda			
% de vulneráveis à pobreza	78,13	65,29	37,73
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	54,60	42,86
Condição de Moradia			
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	52,51	75,93	96,75

Fonte: Atlas Brasil – IPEA. Formatação elaborada pelos autores desse estudo

DINÂMICAS ECONÔMICAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Maçambará conta hoje com uma formação político-administrativa segmentada em 1 Departamento de Assistência Social e 6 secretarias, assim distribuídas: Secretaria de Administração, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria de Educação, Secretaria de Finanças, Secretaria Municipal de Obras e Secretaria Municipal de Saúde. Conta também com o Gabinete da Prefeita, para atendimento ao público e despachos de suas respectivas secretarias. Conta com uma população absoluta de 4.834 habitantes (2014), obtendo um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,683 (2013).

Conta com um quadro de 6 Secretários Municipais, 177 funcionários concursados (efetivos), 77 funcionários contratados em regime temporário, 28 Cargos em Comissão e 56 estagiários do sistema CIEE (Centro de Integração Empresa e Escola).

RECEITAS PREVISTAS E RECEITAS ARRECADADAS NO EXERCÍCIO DE 2019

As receitas arrecadadas do município advem da Prefeitura Municipal. Na tabela abaixo há os valores das receitas arrecadadas no exercício de 2019.

Na tabela há o demonstrativo da arrecadação da Prefeitura Municipal de Maçambará - Exercício 2019.

Tabela 13 – Arrecadação de Maçambará-RS em 2019

Meses de Arrecadação	Valor Arrecadado
Janeiro	1.937.382,75
Fevereiro	1.796.964,26
Março	1.960.829,78
Abril	2.123.126,81
Maiο	1.934.454,63
Junho	3.516.910,89
Julho	2.249.811,16
Agosto	2.017.221,31
Setembro	1.830.437,78
Outubro	2.789.746,62
Novembro	2.095.187,41
Dezembro	4.319.256,24
Total	28.608.742,43

Fonte: Atlas Brasil – IPEA. Formatação elaborada pelos autores desse estudo

Figura 12 – Índices de vulnerabilidade social de famílias, trabalho e renda e condições de moradia em Maçambará-RS

RESUMO DAS RECEITAS	Orçado	Realizado
	Atualizado (A)	Valor (B)
Total das Receitas	22.956.620,00	28.608.742,43

Fonte: https://sim.digifred.net.br/macambara/contas/receitas/receita_arrecadadas/2019, (Formatação elaborada pelos autores desse estudo.)

Da análise dos valores acima, percebe-se que o município teve uma arrecadação maior daquela orçada. Nesse sentido, gereou-se um superêvit financeiro de R\$ 5.652.122,43.

IA explicação para essa saúde financeira, a qual deve servir

de exemplo para outras municipalidades, deve-se à execução da burocracia estatal pautar-se por uma dinâmica gerencial. Isso ficou perceptível pelos autores desse artigo, quando da visita técnica realizada no centro administrativo municipal, em maio de 2019.

O quadro de agentes públicos, dos servidores concursados, passando pelos secretários municipais e chegando à prefeita, possuem destacada sinergia e espírito público. A busca contínua pela eficácia dos serviços públicos aliam a economicidade à qualidade.

Outro ponto de destaque foi a organização da estrutura do paço municipal. A maioria das secretarias trabalham em um único espaço, apenas separadas por divisórias. Isto facilita as trocas de informações e gera, por consequência, a reciprocidade.

FIXAÇÃO DE DESPESAS E DESPESAS REALIZADAS EM 2019

Na tabela abaixo há a especificação, por órgãos, das despesas fixadas e as realizadas no exercício de 2019.

Tabela 15 – Despesas orçadas e executadas por secretarias municipais de Maçambará- 2019

Descrição	Valor Orçado	Valor Pago
Secretaria municipal de agricultura, indústria e comércio.	1.620.053,32	1.278.278,96
Secretaria municipal de obras, transporte, saneamento, serviços urbanos.	7.982.555,86	6.877.909,95
Gabinete do prefeito.	1.548.427,95	1.498.729,88
Secretaria municipal e saúde.	7.533.819,71	6.722.281,65
Secretaria de finanças.	880.059,19	798.437,67
Reserva de contingência.	0,00	0,00
Secretaria municipal de educação, cultura e turismo.	10.650.590,60	9.227.139,37

Secretaria de administração.	1.079.800,63	990.858,89
Resumo da Despesa Orçamentária	Orçado	Pago
	Atualizado (A)	Valor (D)
Total das despesas	31.295.307,26	27.393.636,37

Fonte : <https://sim.digifred.net.br/macambara/contas/despesas/orgao/2019/> (Formatação foi elaborada pelos autores desse estudo)

Conforme artigo 63 da lei 4.320/64, entende-se por liquidação das despesas o direito adquirido do credor, através de documentos fiscais que atestem o crédito a receber. São serviços ou compras efetivamente satisfaitas pela contratada. A análise das despenas liquidadas foi inferior a previsão inicial.

EVOLUÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL

O percentual das despesas com pessoal tem estes limites estabelecidos na lei de responsabilidade fiscal – Lei Complementar 101/00 – LRF – tendo como base a receita corrente líquida – RCL:

Tabela 16 – Limites para Despesas com pessoal

Descrição	Percentual
a) Limite para Emissão de Alerta - LRF, Inciso II do § 1º do art. 59	48.60%
b) Limite Prudencial - LRF, Parágrafo Único do art. 22	51,30%
c) Limite Legal - LRF, alínea "b" do Inciso III do art. 20	54,00%

A RCL se constitui no somatório das receitas tributárias de um governo, referentes a contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias e de serviços, deduzidos os valores das transferências constitucionais e legais. (câmara do deputados, 2019)

No caso do município de Maçambará, para encontrar a RCL deve-se deduzir o valor referente ao FUNDEB – fundo nacional para o desenvolvimento da educação básica.

Com base no exposto, as despesas com pessoal, no período correspondente entre os anos de 2010 a 2019, é esta:

Tabela 17 – Receitas tributárias e Gastos com pessoal em Maçambará-RS (2010-2019)

EXERCÍCIO	RCL	Evolução % da RCL	R\$	% s/ RCL
2010	13.334.358,23	23,39	6.092.958,64	45,69
2011	13.961.458,66	4,70	6.770.878,70	48,50
2012	14.898.242,16	6,71	7.593.764,41	50,97
2013	16.283.616,72	9,30	7.591.533,59	46,62
2014	17.404.028,70	6,88	8.392.952,02	48,22
2015	19.641.503,85	12,86	9.432.776,61	48,02
2016	21.577.537,35	9,86	10.450.705,70	48,43
2017	22.693.650,11	5,17	9.848.652,03	43,40
2018	25.183.570,95	10,97	10.612.485,16	42,14
2019	27.460.516,73	9,04	13.523.621,83	49,25

Fonte: <http://www1.tce.rs.gov.br/aplicprod/ff?p=20001:7::NO:::>, Formatação foi elaborada pelos autores desse estudo)

Conforme demonstrativo na tabela acima, a administração pública municipal está abaixo dos limites estabelecidos pela LRF e, portanto, atende os ditames legais.

INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO

Os investimentos destinados à educação pública, advém das aplicações dos recursos públicos em programas, projetos e atividades, conforme demonstrativo abaixo.

Tabela 18 – Investimentos em Educação em Maçambará-RS

Receita líquida de impostos e transferências (R\$)	Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE (R\$)	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE (%)
25.114.575,45	9.448.062,48	37,62

Fonte: <http://www1.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=20001:79:.....>. Formação elaborada pelos autores desse estudo.

Há dispositivo constitucional, que prevê e obriga a aplicação de, no mínimo, 25% das receitas próprias do município em educação (BRASIL, 1988). No exercício de 2019, aplicou-se o percentual de 37,62%.

INVESTIMENTOS EM SAÚDE

Os investimentos destinados à educação pública, advém das aplicações dos recursos públicos em programas, projetos e atividades, conforme demonstrativo abaixo.

Figura 19 - Investimentos em Saúde em Maçambará-RS em 2019

Receita líquida de impostos e transferências (R\$)	Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS (R\$)	Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS (%)
25.114.575,45	4.795.962,32	19,10

Fonte: <http://www1.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=20001:79:.....>. Formatação foi elaborada pelos autores desse estudo)

Há dispositivo constitucional, que prevê e obriga a aplicação de, no mínimo, 15% das receitas próprias do município em saúde (BRASIL, 1988). No exercício de 2019, aplicou-se o percentual de 19,10%.

Bibliografia

Atlas do desenvolvimento humano do Brasil 2013. 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/>> Acesso em: julho de 2019.

_____. 2013. **Perfil de Maçambará.** Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/4053>. Acesso em: maio de 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1988.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades.** Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/macambara/panorama>>. Acesso em maio de 2020.

_____. **Lei Complementar, n. 101, 4** de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 30 mai 2019.

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em <http://www1.tce.rs.gov.br> Acesso em: maio de 2020.

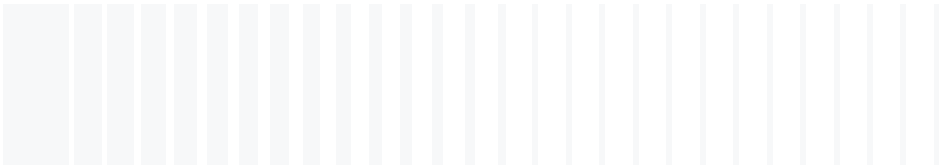


**DICIONÁRIO
SOCIOECONÔMICO
DO MUNICÍPIO DE**

04



**Claudio Gabriel Soares Araújo
Cristiano Saratt de Alvarenga
Priscilla Coronel da Silva
Riviane da Silva Schopf
Muriel Pinto**

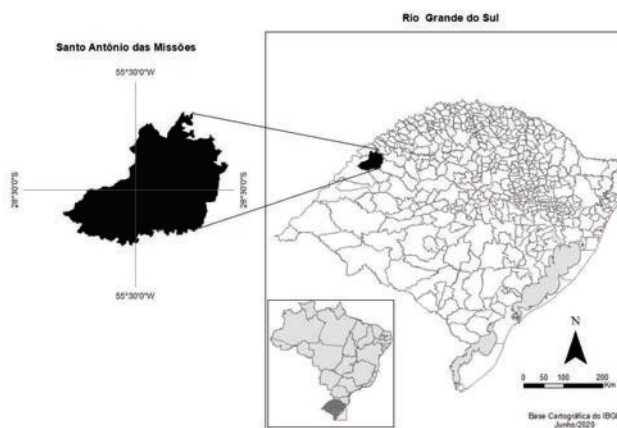


O presente documento trata-se de um relatório técnico sobre as dinâmicas sociais, territoriais e econômicas do município de Santo Antônio das Missões-RS, localizado na Mesorregião Noroeste Rio-Grandense. Para tanto este estudo levantou e analisou dados em diversas bases públicas, que buscaram discutir a formação histórica e espacial, formação administrativa, sobre Assistência Social, Saúde, e Educação.

HISTÓRICO E FORMAÇÃO ESPACIAL

Anteriormente a fundação do município de Santo Antônio das Missões, na década de 30, teve origem o povoado, quando Florduarte José Marques criou um núcleo urbano no interior do município de São Borja, localizado no Rincão da Chácara, as margens da estrada geral que ligava São Luiz Gonzaga a São Borja. Em 13 de janeiro de 1940, foi elevado à categoria de vila e conforme ATA de Inauguração, foi denominada Vila 13 de Janeiro, pertencente ao 4.º registro de São Borja.

Figura 1 – ca do Município de Santo Antônio das Missões -RS



Fonte: Elaborado por Nola Gamalho (2020).

O Município de Santo Antônio das Missões foi elevado à categoria de município e distrito pela lei estadual n.º 5059, de 12 de outubro de 1965, desmembrado de São Borja por meio de plebiscito emancipatório. Seu nome originou-se por que no local era situado uma sesmaria de nome Santo Antônio, pertencente aos jesuítas e posteriormente, acrescentou-se o termo Missões por fazer parte da região missioneira.

“...Terreno um pouco desigual, mas sempre dotado de pastagens e bosques... Consideráveis são suas construções; a capela, principalmente é muito grande. Há aqui índios e brancos, dos que atravessaram ultimamente o Uruguai. À noite, põem-se a dançar com as índias, enquanto um deles, toca o violão e canta, segundo o costume...”.
(Auguste de Saint Hilaire, relato de viagem em 1821 “Estância do Itaroqué”).

O primeiro administrador de Santo Antônio das Missões foi Antônio Vicente do Nascimento, como interventor federal, nomeado pelo então Presidente da República Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, empossado no dia 07 de maio de 1966. Em 1.º de fevereiro de 1969, Antônio Vicente do Nascimento passou o cargo para Florduarte José Marques, eleito pelo voto direto da população como primeiro Prefeito de Santo Antônio das Missões.

No dia 29 de março de 1966, através do Ato Complementar n.º 8 e Art. 50 da Lei Orgânica do Município, o interventor federal Antônio Vicente do Nascimento instituiu e definiu o escudo municipal. No modelo português aquartelado, possui dois traços sinuosos que representam o sistema hidrográfico dos principais rios que passam pelas terras municipais, o Piratini e o Icamaquã, afluentes do Rio Uruguai. Também possui a cruz de Lorena ou cruz missioneira, três flechas indígenas em homenagem aos primeiros desbravadores do município, além de uma estrela em ouro, simbolizando o município em si.

Os principais pontos turísticos do município são o Museu Monsenhor Estanislau Wolski, a Praça da Matriz Antônio Vicente do Nascimento, o Santuário de Santo Antônio, o Monumento de Santo Antônio no trevo de acesso à cidade, as Cercas de Pedras, a Figueira (árvore símbolo do município) e o Parque de Exposições Lindolfo Jacques Ourique. Destacam-se também as Cercas de Pedras e a Estância do Itaroquém, cenários de acontecimentos históricos e relevantes na história do município de Santo Antônio das Missões.

102 ■■■■■■■■■■

Em relação ao Museu Municipal Monsenhor Estanislau Wolski, o mesmo possui em seu acervo uma coleção única de 73 imagens missioneiras do século XVII e XVIII. É considerado o segundo maior acervo de miniaturas em arte barroca jesuítica do Brasil. Foi criado pela lei municipal n.º 25/1977 e inaugurado em 05 de novembro de 1977, pelo prefeito municipal José Alcion Moura e pelo Padre Olmiro Hartmann, proprietário do acervo vendido à prefeitura. O prédio foi construído sob orientação do padre, estudioso das Missões. As paredes são formadas de pedra itacuru, também conhecida como pedra-cupim. Essas pedras, segundo testemunho dos moradores da cidade são, possivelmente, provenientes de edificações missioneiras - do período das reduções, localizadas nas redondezas. No ano de 2006, o museu foi restaurado com recursos oriundos da Caixa Econômica Federal e do FUNMISSÕES, por meio do programa “Circuito das Imagens Missioneiras - Fé e Arte em Harmonia”.

Figura 3 - Museu Monsenhor Estanislau Wolski



Fonte: Cristiano Saratt

Na Figueira, árvore símbolo do município, é um dos pontos turísticos mais famosos de Santo Antônio das Missões,

árvore antiga e enorme localizada em frente à Câmara de Vereadores do município, ao lado da Estação Rodoviária, na Avenida Florduarte José Marques. É considerada patrimônio público municipal, através da lei orgânica do município em seu artigo 166, parágrafo único. Na estância do Itaroquém, seu campo foi cenário da revolução de 1923, com registro de batalha entre maragatos e chimangos, quando a tropa de rebeldes comandada pelo general maragato Honório Lemes, caudilho conhecido como Leão do Caverá, após um combate em Passo Novo, no rio Icamaquã, em outubro de 1923, atravessou o território do Itaroquém na tentativa de barrar a sua passagem com um corpo auxiliar da Brigada Militar comandada pelo coronel Raymundo Gomes Netto, travando um violento combate.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA

Santo Antônio das Missões é considerado o maior município em extensão territorial da Região Histórica das Missões, tendo como divisas territoriais os municípios de São Nicolau, São Luiz Gonzaga, Bossoroca, Itacurubi, São Borja e Garruchos. Pertence a microrregião de Santo Ângelo e a mesorregião do noroeste rio-grandense.

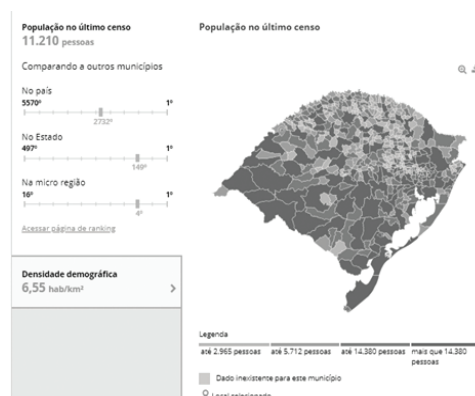
Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Santo Antônio das Missões, pela lei estadual nº 5059, em 12 de outubro de 1965, desmembrado de São Borja e o distrito de Garruchos. Sede na localidade de Vila 13 de Janeiro. Constituído do distrito sede, instalado em 08 de maio de 1966. Pelo decreto municipal nº 18, de 15 de junho de 1966, é criado o distrito de São José e anexado ao município de Santo Antônio das Missões. Em divisão territorial datada de 1.º de janeiro de 1979, o município é constituído de 2 distritos: Santo Antônio das Missões e São José. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

O território do município tem grande potencial hídrico,

pois é banhado por dois rios principais, Piratini e Icamaquã, afluentes do Rio Uruguai, contando ainda com inúmeras sangas e arroios, tais como Urucutai, Manoã, Barreiro, Pessegueiro, Itaquarinchim, Inhadejú, entre outros. Conta ainda com uma rica fauna e a vegetação nativa é excelente para criação de animais, como gado e ovinos. A região do Itaroquém possui um dos melhores campos para a criação do país, pois são campos finos e possuem solo rico em minerais, proporcionando à criação grande quantidade de nutrientes durante o pastoreio.

A população do município era de 11.210 de habitantes e densidade demográfica de 6,55 hab/km², de acordo com o Censo Demográfico do IBGE, em 2010. A estimativa de população em 2019, segundo Instituto é de 10.175 pessoas. Sua área de unidade territorial [2018] 1.710,869 km² representando 0.6375% do Estado, 0.3042% da Região e 0.0202% de todo o território brasileiro. Possuía esgoto sanitário adequado [2010] 11,6 % do território, a arborização de vias públicas [2010] era de 96,9% e a urbanização de vias públicas [2010] era de 3,3%. Seu IDH é de 0.764 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000).

Figura 4 – População de Santo Antônio das Missões- RS (censo de 2010).



Fonte: IBGE 2020

EDUCAÇÃO

A gestão do Sistema Municipal de Educação é desenvolvida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a rede pública de ensino municipal atualmente atende um total de 1.101 estudantes nas modalidades de ensino da Educação Infantil e Ensino Fundamental, distribuídos em 150 alunos nas Escolas Municipais de Ensino Infantil de turno integral, 841 alunos nas escolas de Ensino Fundamental no município e 110 alunos nas Escolas do interior. O município possui 10 escolas, dentre elas duas são de Educação Infantil de turno integral que atendem crianças de 07 meses até 01 ano 11 meses de idade na Escola Municipal de Ensino Infantil Josefa Ruzycki e a partir de 02 anos até 03 anos e 11 meses na Escola Municipal de Ensino Infantil Francisco Gonçalves Morales. A educação infantil nos níveis A e B de pré-escola são oferecidos nas escolas de Ensino Fundamental, do total das dez escolas, seis ficam localizadas na zona urbana e quatro na zona rural.

No ano de 2019, o município investiu 32,08% na rede educação municipal de ensino. A estrutura educacional das escolas conta com coordenação administrativa e pedagógica além da alimentação e transporte escolar. O planejamento de programas e projetos escolares são desenvolvidos com atividades administrativas, pedagógicas, socioeducativas, socioculturais, Programa Mais Alfabetização, Programa Novo Mais Educação e atendimento multidisciplinar.

A atividade administrativa está pautada na realização de ações de gestão administrativa e financeira, Gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar, Gestão do Programa Nacional de Transporte Escolar, Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) direcionado às escolas EMEF Josefa Ruzycki, EMEF Honorato Bolacel, EMEF Brasil Urbano da Silva, EMEF Irineu Barcelos.

As atividades pedagógicas são desenvolvidas pela coordenação pedagógica e as supervisões de educação infantil, e do ensino fundamental, educação especial e das escolas

municipais visando promover o aprendizado dos alunos. Ainda, é investido na formação pedagógica dos professores para o aprimoramento das práticas docentes, preparo profissional e processo de ensino-aprendizagem. Durante o ano de 2019 o município deu ênfase na formação pedagógica de 60hs do estudo da BNCC – Base Nacional Comum Curricular, no Referencial Curricular e Gaúcho e posteriormente elaboração do currículo Territorial do município.

As atividades socioculturais acontecem durante o ano letivo com a finalidade de promover ações culturais, onde anualmente são promovidos eventos como a semana do museu com o tema de núcleos culturais: o futuro das tradições e gincana sobre a Consciência Negra, visitas na casinha do Papai Noel e noite natalina. Nas atividades socioeducativas são desenvolvidas oficinas de futsal e voleibol, através do Projeto Esporte na Escola, destinado aos alunos do 3º ao 9º ano.

O Programa Mais Alfabetização desenvolvido durante o ano de 2018, foi criado pela portaria n.º 142, de 22 de fevereiro de 2018, como uma estratégia do Ministério da Educação para fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização dos estudantes regularmente matriculados no 1.º ano e no 2.º ano do ensino fundamental. O Programa Novo Mais Educação, criado pela Portaria MEC n.º 1.144/2016 é uma estratégia do Ministério da Educação que tem como objetivo melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, ampliando a jornada escolar de crianças e adolescentes, otimizando o tempo de permanência dos estudantes na escola. Além das atividades e programas os alunos da rede municipal de ensino contam com atendimento multidisciplinar de um Assistente Social, uma Fonoaudióloga e dois Psicólogos.

De acordo com dados do IBGE (2015), os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 5.5 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 3.4. Na comparação com cidades do mesmo Estado, a nota dos

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade
97,3 %

Comparando a outros municípios

No país
5370^o

No Estado
497^o

Na micro região
16^o

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade

Legenda

até 97,2 % até 98,22 % até 99 % mais que 99 %

■ Dado irrelevante para este município

○ não selecionado

Fonte: IBGE 2020)

SAÚDE

A Secretaria Municipal de Saúde desenvolve o Sistema Único de Saúde - SUS através da oferta de atenção em saúde com a classificação em níveis de atenção primária e de atenção secundária.

O nível de atenção primária à saúde é desenvolvido por três (03) Unidades de Estratégia de Saúde da Família – ESF, que desenvolvem atendimentos, acompanhamento e visitas domiciliares pelos médicos e equipes de Enfermagem. No nível secundário, os atendimentos acontecem em um Pronto Atendimento Municipal, que dispõe do atendimento de quatro enfermeiros, nove técnicos de enfermagem e cinco médicos, com plantão de 24 horas para consultas e urgências, além de uma equipe do SAMU que dispõe de um enfermeiro, cinco

técnicos de enfermagem e cinco condutores da ambulância.

Para os atendimentos de emergência, o município possui convênio com o Hospital de São Luiz Gonzaga, Santo Ângelo, São Borja, Giruá e Ijuí que recebem paciente para internação, tratamento psiquiátrico, tratamento oncológico, traumático, hemodiálise, oftalmologia, reabilitação física, visual, auditiva, órtese e prótese. Ainda tem convênio com comunidades terapêuticas para tratamento de dependentes químicos nas cidades de Cruz Alta, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, São Borja e Santa Rosa.

Além dos níveis de atenção, o município ainda desenvolve o Programa de Saúde Bucal nas escolas, Academia da Saúde, Núcleo Ampliado de Saúde da Família - NASF, Núcleo de Atendimento a Atenção Básica – NAAB, Programa Crescer Saudável, Programa Municipal de Combate ao Tabagismo, Programas de Imunização, equipes de Agentes Comunitários de Saúde – ACS, Vigilância Ambiental – Agentes de Combates a Endemias – ACE, Programa Vigi Água e Farmácia Básica Municipal.

De acordo com dados disponibilizados pela secretaria municipal de saúde do município, no ano de 2019 a taxa de mortalidade é de 11,38%, ocorreram 117 óbitos em uma população estimada em 11,210 habitantes. Enquanto a taxa de natalidade se encontra em 8,9%, com nascimento de 92 crianças. O número de atendimentos prestados nesse ano de 2019 pela Secretaria de saúde podem ser visualizados abaixo:

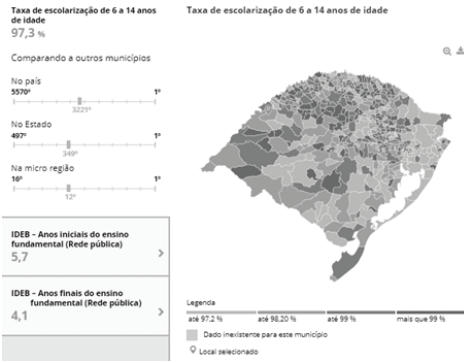
Quadro 1 – Ações de saúde no município de São Antônio das Missões-RS

Descrição	Nº de atendimentos
Pré-natais	50
Exames preventivos Saúde da Mulher	69
Consultas médicas	1250
Visitas domiciliares médicas	20

Visitas domiciliares das equipes de enfermagem	90
Consultas com a equipe de enfermagem	130
Pronto atendimento 24h (consultas e urgências mensais)	2.112

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio das Missões-RS

Figura 6 – Taxa de Mortalidade infantil no município de São Antônio das Missões-RS



Fonte: IBGE (2020).

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Assistência Social acontece na esfera municipal, através da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS e da Política Nacional de Assistência Social que implementa o SUAS – Sistema Único de Assistência Social, que visa a proteção, garantia, vigilância, amparo, defesa de direitos e amplo acesso aos serviços, programas e projetos socioassistenciais nas regiões mais vulneráveis tendo a família como foco de atenção. As ações da assistência social no SUAS são organizadas em dois tipos de proteção: básica e especial. Santo Antônio das Missões dispõe dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

O CRAS do município oferece serviços de assistência social com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade, prevenindo situações de vulnerabilidade social. Durante o ano de 2019, o município atendeu semanalmente 234 pessoas, numa média mensal de 936 ao mês. No CRAS são desenvolvidos programas, serviços e ações de convivência e fortalecimento de vínculos através do CRAS volante, grupos de convivência com crianças, adolescentes, mulheres e idosos com oficinas de artesanato e geração de renda nos centros comunitários dos bairros. As profissionais que compõe as equipes são Assistente Social, Psicóloga e Pedagoga. Abaixo segue a descrição do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para grupos assistidos por esse serviço.

Quadro 2 – Atendimentos realizados pelos CRA's no município de São Antônio das Missões-RS

Ação	Participante
Grupo SCFV São Jorge	26 famílias / 13 crianças Total de pessoas atendidas: 86
Grupo SCFV João Fonseca	20 famílias / 13 crianças Total de pessoas atendidas: 62
Grupo Girassol	62 integrantes
Pessoa Com Deficiência	12 integrantes
Clube de mães 20 localidades	365 participantes ao total
Grupo de Jovens	20 integrantes
Grupos de famílias prioritárias	6 famílias
Atividade física	40 integrantes
A atividade de encerramento das atividades dos CRAS/CREAS e Assistência Social teve um público de 1300 pessoas.	
Total de atendimentos ofertados pelo CRAS em 2019: 10.660.	

Fonte: Prefeitura Municipal de São Antônio das Missões-RS

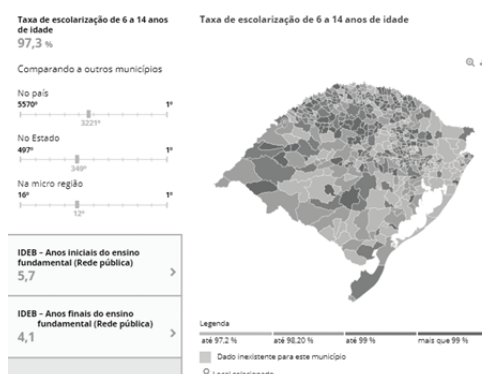
O CREAS oferta o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) que se encontrem em situação de risco pessoal e social, com violação de direitos, como: violência física, psicológica e negligência; violência sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção; situação de rua; abandono; trabalho infantil; discriminação por orientação sexual e/ou raça/etnia; descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família em decorrência de violação de direitos; cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade por adolescentes, entre outras.

No ano de 2019 o CREAS do município possui além da coordenação, advogada, assistente social, psicóloga, com atendimento médio semanal de 15 famílias, totalizando 60 atendimentos mensais e 720 atendimentos realizados, com atendimento especializado e ações de fortalecimento de vínculos como oficinas, acompanhamento das medidas socioeducativa e liberdade assistida. O serviço também realiza o acompanhamento dos indivíduos e famílias no Lar das crianças e do idoso, desempenha suas funções com plantão social, visitas domiciliares, relatórios psicossociais e demandas encaminhadas pelo judiciário e promotoria de justiça. Para acesso aos serviços de referência do SUAS, o município de Santo Antônio das Missões realiza o Cadastro Único para registrar e identificar as famílias de baixa renda, bem como suas necessidades, para que estas acessem Programas Sociais do Governo Federal. No município durante o ano de 2019 teve aproximadamente 1000 famílias beneficiadas pelo programa por mês. Durante o ano de 2019 a política de assistência social, através das ações da Secretaria Municipal desenvolve também a articulação com as demais políticas públicas como encaminhamento de pareceres sociais para o Judiciário e Promotoria (12 atendimentos). Encaminhamentos ao INSS de benefícios como BPC ao idoso e a Pessoa Com Deficiência,

auxílio doença, auxílio maternidade, aposentadoria rural e auxílio reclusão (média de 50 atendimentos ao ano). Encaminhamentos ao auxílio eventual como auxílio funeral (média de 05 encaminhamentos/ano) e Auxílio Passagem (média de 04 encaminhamentos/ano).

ECONOMIA

Figura 7- PIB per capita do Município de Santo Antônio das Missões-RS



Fonte: IBGE (2020).

De acordo com o IBGE (2017), o Produto Interno Bruto-PIB é composto da seguinte forma:

1. PIB a preços correntes: 317.673,46 R\$ (x1000)
2. Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes: 17.549,16 R\$ (x1000)
3. Valor adicionar bruto a preços correntes: 300.124,30 R\$ (x1000)
4. PIB per capita: 28.746,13 R\$ (x1000)
5. Agropecuária: 146.528,33 R\$ (x1000)
6. Indústria: 10.388,06 R\$ (x1000)
7. Serviços – Exclusive Administração, defesa, educação e saúde pública e seguridade social: 87.143,42 R\$ (x1000)
8. Administração, defesa, educação e saúde públicas

As Despesas Tributárias contribuíram com um total realizado de R\$ 3.731.455,00. Desse montante os impostos IPTU, IRRF, ITBI e ISSQN realizaram um total de R\$ 3.647.442,02.

Destacam-se também as receitas de Transferências Correntes realizadas pela União e Estado que juntas totalizaram R\$ 37.772.893,47. Desse montante destaca-se a Cota parte do Fundo de Participação dos Municípios – FPM (CF. Art. 159), totalizando R\$ 11.644.553,70 e a Cota parte do ICMS totalizando R\$ 13.749.898,79.

De acordo com o Relatório Circunstanciado, exercício 2019 depois de consideradas todas as fontes de recursos, inclusive RPPS, a Despesa Total liquidada, no período de janeiro a dezembro de 2019, apresentou uma execução inferior à Receita Total Realizada, demonstrando superávit orçamentário de R\$ 713.611,75, visto que houve uma receita de R\$ 48.200.118,09 e uma despesa líquida de R\$ 47.486.506,34. Cabe ainda destacar que de acordo com o relatório Circunstanciado do ano de 2019 consta que o superávit orçamentário daquele período foi de R\$ 2.813.817,20. O que permite confirmar o cumprimento da meta de manter os gastos dentro das receitas de cada período.

O município de Santo Antônio das Missões se emancipou de São Borja e por isso tem sua origem histórica se confunde com a formação histórica do município de São Borja onde a agricultura e a pecuária se construíram desde o período reducional quando padres jesuítas e índios cultivavam o solo e criavam gado. A partir de 1801, São Francisco de Borja passou ao domínio português através da ação de Borges do Canto – soldado desertor do Regimento de Dragões do Rio Pardo –, Manuel dos Santos Pedroso, estancieiro em Cachoeira, e Gabriel Ribeiro de Almeida, furriel da guarda de São Martinho – primeiro posto tomado nas operações de conquista, junto a uma escolta armada formada pelo Tenente Antônio de Almeida Lara, da Capitania de São Paulo formando cerca de quarenta homens. (RILLO, 1982)

Logo após a conquista das terras a estratégia adotada pela Coroa Portuguesa para garantir a posse e defesa das terras foi à distribuição de sesmarias a pessoas de prestígio e/ou a militares. Estes povoadores encontraram os campos com

A partir do quadro acima podemos analisar o uso das propriedades rurais do município no desenvolvimento de lavouras temporárias, sendo nestas lavouras que desenvolvem-se a produção de grãos.

De acordo com o Quadro 3, podemos considerar que no município de Santo Antônio das Missões 442 propriedades são utilizadas pela agricultura na produção de grãos e plantas forrageiras destinadas a atividade pecuária.

Quadro 4 - Levantamento Zootécnico do rebanho do Município de Santo Antônio das Missões-RS

Criações	Nº de animais	Nº de propriedades
Bovinos	117.323	1.828
Bubalinos	452	54
Equinos	3.220	868
Ovinos	32.519	657
Suínos	470	47

Fonte: Inspetoria Veterinária e Zootécnica (IVZ) de Santo Antônio das Missões.

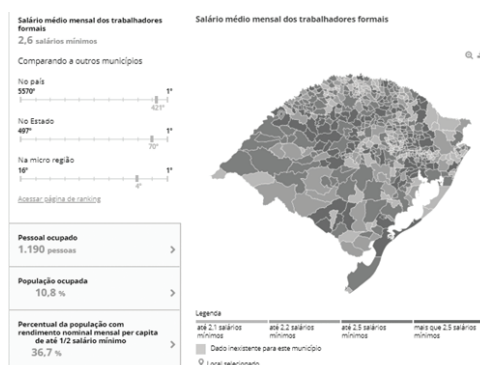
Quadro 5 – Principais produtos agrícolas do Município de Santo Antônio das Missões-RS

Cultura	Área (ha)	Produtividade (Kg/ha)
Arroz	2.512	7.724
Soja	50.000	3.300
Milho	1000	7.800
Milho irrigado	3200	11.400
Trigo	9.000	3.000
Canola	800	1.920
Linho	350	920

Fonte: Informativo Conjuntural, EMATER/RS-ASCAR, 2019.

TRABALHO E RENDIMENTO

Figura 8 – Salário médio mensal dos trabalhadores formais



Fonte: IBGE (2020).

Em 2016, o salário médio mensal era de 2.0 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 10.5%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 348 de 497 e 422 de 497, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 1807 de 5570 e 3048 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 36.7% da população nessas condições, o que o colocava na posição 88 de 497 dentre as cidades do estado e na posição 3230 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

REFERÊNCIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES. **Relatório Circunstanciado**: Exercício 2018. Disponível em: <<https://www.santoantoniodasmissoes.rs.gov.br/site/contaspublicas?pagina=1&busca=&tipo=0>> Acesso em: 26 mai. 2020.

REVISTA CAMINHOS DO CINQUENTENÁRIO - **Santo Antônio das Missões/RS** - “Revivendo o passado. Projetando o futuro” 50 Anos. Projeto 89.1 FM e Gazeta Missões.

IBGE. **Estatísticas das Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santo-antonio-das-missoes/panorama>> Acesso em: 26 mai. 2020.

IBGE. **Produto Interno Bruto**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=pib-por-municipio&c=4317707>> Acesso em: 26 mai. 2020.

AHLERT, Jacqueline. **O acervo de miniaturas missioneiras**: Museu Monsenhor Estanislau Wolski - MOUSEION, vol. 2 n. 4, Jul-Dez/2008



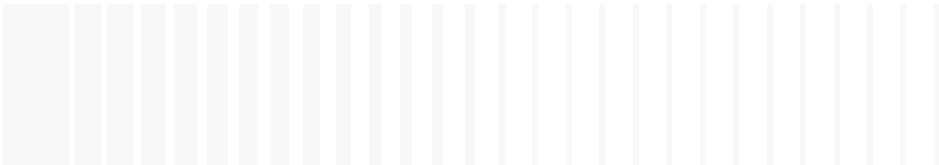
**DICIONÁRIO
SOECONÔMICO
DO MUNICÍPIO DE**

05



**SÃO
BORJA/RS**

Jandira Elohá Lopes
Márcia Rejane Chitolina Perini
Muriel Pinto
Núbia Velasque Amaral
Soifaite Ambroise
Thais Zanela Mendes



INTRODUÇÃO

O tema apresentado nesta pesquisa, refere-se a análise socioeconômica do município de São Borja/RS, tendo como foco sua dinâmica espacial, social e econômica, apresentando além de uma abordagem teórica sobre os assuntos pesquisados, dados que fundamentam a análise, a partir dos estudos realizados em diferentes fontes de pesquisa, tais como Sebrae, Prefeitura Municipal de São Borja, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, entre outros.

O objetivo central do estudo é descrever e analisar as diferentes conjunturas, em especial a econômica, a saúde e a educação, identificando as potencialidades, bem como as limitações, no sentido de reunir informações estratégicas que possam subsidiar novos estudos e planejamentos por parte do poder público, além de compreender a evolução dos indicadores sociais e econômicos, para dessa forma propor soluções aos problemas dos espaços urbanos, despontando em melhores condições de vida para seus cidadãos, fato que perpassa pelo debate de políticas públicas capazes de atender as demandas em constante transformação.

Nesse liame, o trabalho estrutura-se da seguinte maneira: inicialmente desenvolvemos a dinâmica espacial e histórica do município, seguindo para a dinâmica social, onde serão demonstradas a evolução populacional, os dados referentes aos indicadores sociais de saúde (cobertura vacinal, mortalidade infantil e materna, número de nascimentos) e educação, sobretudo. Por fim, a dinâmica econômica, trazendo diferentes indicadores como PIB, PIB *per capita*, taxa de vulnerabilidade à pobreza, renda per capita, índice de GINI, IDESE, posteriormente as considerações finais.

DINÂMICA ESPACIAL

O município São Borja-RS esta localizado oficialmente conforme o IBGE na Mesorregião da Campanha Sudoeste

Rio-Grandense. Sua localização geográfica é estratégica nas margens do rio Uruguai sendo uma cidade gêmea da municipalidade argentina de Santo Tomé, pertencente a Província de Corrientes.

Figura 1: Localização geográfica do Município de São Borja-RS



Fonte: Elaborado por Nola Gamalho (2020).

Na dinâmica socioeconômica, o movimento demográfico exerce um papel importante no desenvolvimento das cidades. Ao contrário à Malthus (1963) que supõe que o crescimento demográfico tem um impacto negativo sobre os progressos futuros da sociedade, Simon (1981) preconizou o crescimento demográfico (acrescimento da taxa de fecundidade e a migração) como um parâmetro determinante na invenção e inovação derivado do produto da inteligência humana.

As diferentes abordagens demográficas mencionadas para contribuir o desenvolvimento econômico (local, regional, territorial) são assim evidentes para o município de São Borja/RS. Os dados disponíveis mostram que desde 1991 a 2019, a flutuação da população varia entre 60.000 e 70.000 mil habitantes, com uma tendência descendente da População residente. Estimativas desde a última década, assim como uma configuração populacional mais urbanizada (seja 52.250 urbana contra 6.299 rural em 2019) também, uma evolução

cidade vai sofrer bastante com a incapacidade de regenerar o ciclo de vida da população como fator determinante na pesquisa para novos recursos humanos, no sentido de priorizar mais pesquisa e desenvolvimento municipal para desenhar os investimentos nos projetos diversificados.

A partir destas considerações, vamos contextualizar em primeiro lugar a situação da dinâmica social do município de São Borja, especialmente indicadores de saúde e educação para mensurar quais são as vantagens em termos de potencialidades e limitações nessas relevantes áreas. Em segundo lugar, analisaremos os principais indicadores econômicos, sua capacidade competitiva no contexto fronteira RS e a dinâmica tomada no fortalecimento socioeconômico local.

DINÂMICA SOCIAL

Evolução de Indicadores de Saúde no Município

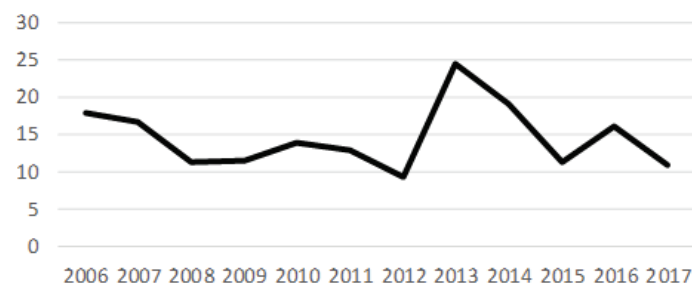
Os indicadores são medidas que apresentam informações de extrema relevância sobre o estado de saúde de uma determinada população e o desempenho do sistema de saúde. Tais fatores demonstram a situação sanitária populacional e serve para auxiliar na elaboração de ações para garantia de condições de saúde adequadas. O processo de construção de indicadores é complexo, e é capaz de fornecer dados desde a contagem de casos de certa doença, até mesmo taxas e índices mais apurados, como taxa de natalidade e mortalidade (BRASIL, 2008).

Mortalidade infantil

Segundo informações coletadas no site do IGBE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a mortalidade infantil, ou seja, taxa aferida pela quantidade de óbitos a cada mil nascidos vivos, menores de 1 ano, em 2017 (dados

Tabela 1: Taxa de mortalidade infantil entre 2006 e 2017 em São Borja (Unidade: óbitos por mil nascidos vivos)

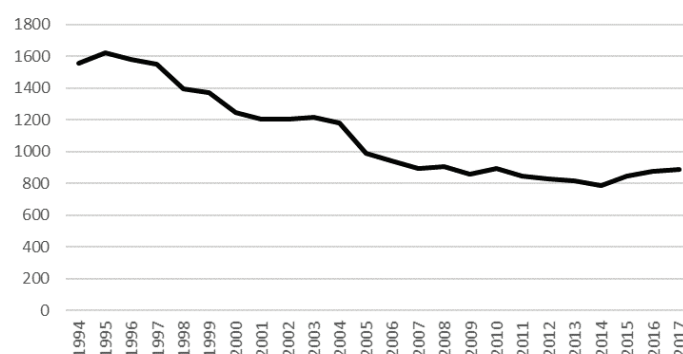
Fonte: Elaborado a partir de dados do IBGE, 2020.

Gráfico 1: Taxa de mortalidade infantil (Unidade: óbitos por mil nascidos vivos)

Fonte: Elaborado a partir de dados do IBGE, 2020.

Número de nascimentos

De acordo com dados coletados no DATASUS – Informações de Saúde (TABNET) – estatísticas vitais; entre os anos de 1994 e 2016 houve um número total de nascidos vivos de 25.616 sujeitos. No gráfico abaixo, nota-se uma redução no decorrer dos anos quanto ao número de nascimentos no município de São Borja, o que corrobora com o cenário mundial e nacional, onde cada vez nascem menos crianças.

Gráfico 2: Nascimentos por ocorrência no município de São Borja/RS, 1994-2017

Fonte: Elaborado a partir de dados do DATASUS – TABNET, 2020.

Mortalidade materna

Segundo dados retirados por meio de relatório dinâmico do site do Portal de *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)*, o município registrou uma taxa de mortalidade materna de 0 óbitos para cada 100 mil nascidos vivos, sendo que de 1996 até o ano de 2016, o número de óbitos maternos foi de 10. Para fins de cálculo da taxa de mortalidade materna, são considerados os óbitos advindos de complicações gestacionais, aborto e parto ou puerpério, em até 42 dias após o parto (PORTAL ODS, 2019). Ainda de acordo com dados coletados no *PORTAL ODS* no período de 2001 a 2016 observar uma alta taxa dos partos cesarianas, sendo que no ano de 2001 era de 47,59%, aumentando no decorrer dos anos, chegando 79,68% no ano de 2016. O recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é de no máximo, 15% de cesarianas (PORTAL ODS, 2019). Uma revisão sistemática e meta-análise publicada recentemente na Revista de Saúde Pública mostrou que mulheres de parto cesárea tem maior chance de vir a óbito, e que a cirurgia cezariana deve ser realizada com segurança, prudência e apenas se necessário (MASCARELLO *et al*, 2017).

Número de casos de aids registrado por ano de diagnóstico, segundo gênero - 1990-2016

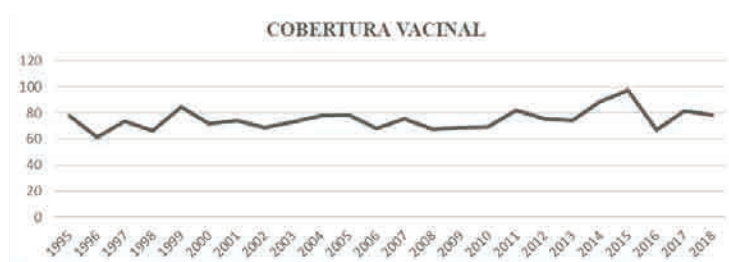
Entre os anos de 1990 e 2016, foram diagnosticados em São Borja 398 casos de AIDS, sendo 169 femininos e 229 masculinos. Entre os jovens de 15 a 24 anos, o número total é de 11,11%, no ano de 2016, sendo que as mulheres representavam 27,78% dos casos (PORTAL ODS, 2019). No Rio Grande do Sul, a taxa de detecção de Aids em foi de 31,8 casos/100 mil habitantes, Tal valor representa quase o dobro da taxa do Brasil (18,5 casos/100 mil habitantes), sendo a 2ª taxa mais elevada entre os estados brasileiros, o que gera um alerta ainda maior no município, para realização de ações de prevenção,

diagnóstico e tratamento precoce. São Borja encontra-se entre os 50 municípios gaúchos prioritários quanto ao recebimento de incentivos federal, a partir da detecção das taxas de Aids, e está na 29ª colocação (RIO GRANDE DO SUL, 2017).

Cobertura vacinal - 1995 e 2018

Conforme dados coletados no DATASUS – Informações de Saúde (TABNET), o município apresenta uma cobertura de imunizações constante na população são-borjense, sendo a menor porcentagem de cobertura identificada no ano de 1996 (61,35%) e a maior, 97,65% no ano de 2015. Tal indicador nos mostra que no município há uma boa cobertura vacinal, e esses valores remetem a uma boa execução do Programa Nacional de Imunização (PNI).

Gráfico 3: Cobertura vacinal



Fonte: Elaborado a partir de dados do DATASUS – TABNET, 2020.

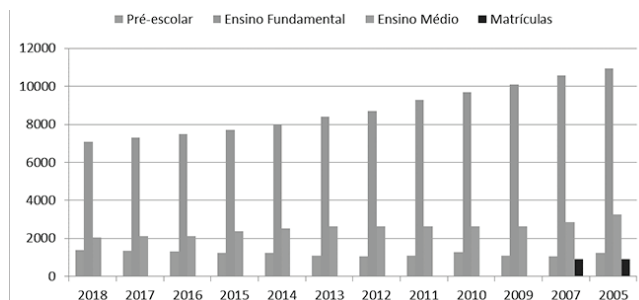
SÍNTESE DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM SÃO BORJA

Conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988, compete, de modo geral, aos municípios a oferta e administração do Ensino Fundamental, em suas séries iniciais e finais, bem como às unidades federativas o Ensino Médio. Analisar, portanto, o estado da arte da educação infanto-juvenil em São Borja consiste em tarefa que se estende para além dos níveis de escolaridade, uma vez que engloba áreas

como o cumprimento de atribuições legalmente estabelecidas, a inclusão social (por meio da escolaridade e da possibilidade de atuação profissional), além de interferir na qualidade de vida e nos índices de desenvolvimento humano local. Soma-se ainda à oferta escolar os índices de crescimento econômico, a redução das taxas de violência e o fortalecimento da cidadania, isto é, da socialização ativa do agente individual.

Contudo, apesar de formalmente prevista e de ser socialmente necessária, nem sempre os índices de escolaridade apresentam-se nos níveis desejados, do que decorre a necessidade de analisá-los e, conforme o caso, efetuar proposições a fim de melhorar a situação atual. Dito de outra forma, quando se trata de escolaridade, especialmente nos níveis fundamental e médio, o acompanhamento deve ser contínuo e relacionado o máximo possível às realidades locais, sem por isso esquecer-se de suas correlações com as esferas regional e nacional.

Tal reflexão torna-se mais evidente, com efeito, quando analisados os dados referentes às realidades municipais concretas. Nesse sentido, através do gráfico a seguir, são apresentados os números de matrículas concernentes ao espaço temporal de 2005 a 2018. A primeira observação a ser efetuada diz respeito à constância decrescente das matrículas no Ensino Fundamental, ao passo que os do Ensino Médio e Pré-escolar possuem uma estabilidade significativa. A diferença mais notável entre estas duas categorias diz respeito à discreta proximidade no quantitativo de matrículas do Ensino Médio que tendem, de 2005 a 2018, a se aproximar cada vez mais do quantitativo de matrículas do Ensino Pré-escolar. Dito de outra forma, com passar dos anos, há tendência cada vez mais acentuada do nível de matrículas do Médio e do Pré-Escolar se aproximarem, ao passo que, mesmo com queda acentuada das matrículas de Ensino Fundamental, esta última categoria se sobressai significativamente se comparada com as demais.

Gráfico 5: Matrículas, conforme o nível de escolaridade, entre 2005 e 2018

Fonte: Elaborado a partir de dados do IBGE, 2020.

Os dados apresentados neste gráfico podem ser complementados pelas informações presentes na Tabela 1, onde são constatadas algumas informações mais detalhadas sobre a realidade municipal. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2018, havia um total de 7088 matrículas correspondentes ao Ensino Fundamental, para um quadro de 467 docentes distribuídos em 35 escolas.

No concernente ao Ensino Médio, no ano de 2018, somava-se 229 docentes responsáveis por 2031 matrículas efetivadas, divididas em total de 11 escolas no Município. Obviamente que se sobressai o Ensino Fundamental se comparado aos demais, e isso por duas razões: primeiro, porque é de responsabilidade do município a promoção do ensino fundamental, que precede o Ensino Médio (fato que explica o maior quantitativo de escolas, docentes, matrículas e anos de estudo, sem contar o próprio quantitativo físico de instituições escolares); por outro lado devemos ter em mente que o ensino médio nem sempre é finalizado (assim como o fundamental), porém, se comparados, ele possui uma maior tendência à evasão escolar.

A explicação para esta tendência está na própria idade modal dos alunos: enquanto no Ensino Fundamental os alunos possuem, em média, idade máxima de treze a catorze anos,

portanto, legalmente obrigados a frequentar a escola, no Ensino Médio a idade modal constitui-se de algo em torno de catorze a dezessete anos ou mais, o que favorece a “emancipação” (em um plano otimista) ou a “evasão” (motivada pelas urgências das necessidades, tais como trabalho, renda etc.) da escola – situação que só muito esporadicamente pode ser observada quando se trata de idades inferiores aos dezoito anos (maioridade legal) e mesmo aos dezesseis (caso típico do Ensino Fundamental, cuja frequência escolar é exigida também dos pais e responsáveis pelos alunos).

Tabela 2: Visão panorâmica da educação no município de São Borja.

Visão panorâmica	
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos (2010)	97,5%
IDEB Anos iniciais do Ens. Fundamental (2017)	5,3 (anos)
IDEB Anos finais do Ens. Fundamental (2017)	4,2 (anos)
Matrículas no Ens. fundamental (2018)	7.088 matrículas
Matrículas no Ens. médio (2018)	2.031 matrículas
Docentes no Ens. fundamental (2018)	467 docentes
Docentes no Ens. médio (2018)	229 docentes
Nº de estabelecimentos de Ens. Fundamental (2018)	35 escolas
Nº de estabelecimentos de Ens. médio (2018)	11 escolas

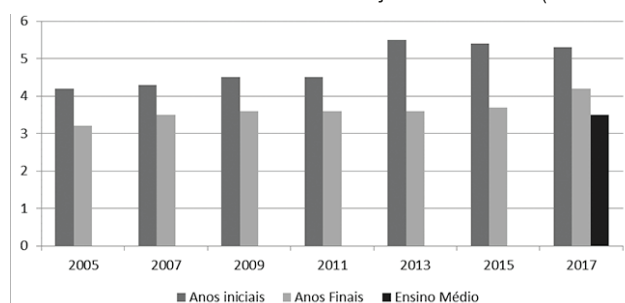
Fonte: Elaborado a partir de dados do IBGE, 2020.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB foi criado em 2007, e tem como objetivo abarcar em um único indicador duas avaliações importantes que correspondem à educação, a saber: o *fluxo escolar* e as *médias de desempenho nas avaliações*. O IDEB utiliza dados obtidos através do exame Prova Brasil (aplicada no último ano das séries iniciais e finais do Ensino Fundamental). No ano de 2017, os alunos avaliados

que correspondiam os anos iniciais em São Borja, ocupavam a 3 333^a posição entre os 5.570 municípios do Brasil, ao passo que os alunos que correspondiam os anos finais do fundamental estavam na 3 163^a posição.

No seu conjunto, essas informações deixam entrever que São Borja localiza-se em uma posição, à nível nacional, que oscila de médio à regular. Por outro lado, quando analisado apenas em referência aos outros municípios do Rio Grande do Sul, ou seja, ao total de 497 municípios, São Borja apresenta a 374^a posição nos anos iniciais e na 341^a, nos anos finais (PORTAL ODS, 2019), o que permite inferir que, em se tratando de realidade gaúcha, a posição do município é um pouco pior do àquela a nível nacional. No gráfico a seguir pode ser observado com mais clareza o índice numérico correspondente a cada ano.

Gráfico 6: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB (2005-2017)



Fonte: Ministério da Educação – IDEB, Portal ODS, 2020.

Embora a categoria Ensino Médio apareça apenas no ano de 2017, nada impede de afirmarmos, o que corrobora com os dados anteriores, que há uma supremacia nítida do Ensino Fundamental no município de São Borja (soma dos anos iniciais com os anos finais). Porém, quando analisada conforme essas duas categorias, observa-se ainda assim uma predominância maior nos níveis iniciais. Ora, se esta tendência se mantiver, podemos dizer que quanto maior for o nível de

escolaridade menor será o quantitativo de pessoas presentes nestes níveis. Novamente, podemos atribuir como causas dessa maior incidência do Ensino Fundamental, especialmente nas séries iniciais, as razões já expostas anteriormente, tais como obrigatoriedade legalmente estabelecida de frequência escolar e a idade modal média dos alunos (cujo limite tende a ser os treze anos, em média). Embora não seja um estudo comparado, de certa forma, os dados permitem inferir que o mesmo ocorre nas demais municipalidades do estado e do país, alterando os índices – para melhor ou para pior – conforme o perfil socioeconômico de cada municipalidade ou região.

DINÂMICA ECONÔMICA

Tendo como referência diferentes bases de dados, elencamos alguns indicadores que são de importância para a análise econômica do município de São Borja-RS, dentre eles o Produto Interno Bruto (PIB), o PIB *per capita*, bem como o índice de GINI e algumas taxas que mensuram a atividade da população. Consideramos ainda, a análise da evolução do orçamento público do município, fazendo uma comparação entre as receitas e as despesas.

A lei orçamentária anual (LOA)

Para que haja um planejamento das ações do Estado, tendo em vista a manutenção de suas atividades, execução de novos projetos, dispõe-se de instrumentos como o orçamento público, é por meio deste que a gestão determina suas ações, tendo em vista discriminar a origem dos recursos e a suas aplicações (LOURENÇON, 2001).

O orçamento público tem como norteadores a Constituição Federal de 1988, as Constituições Estaduais, a Lei Federal 4320/1964 e a Lei Complementar 101/2000. O município de São Borja é regido pela Lei Orgânica

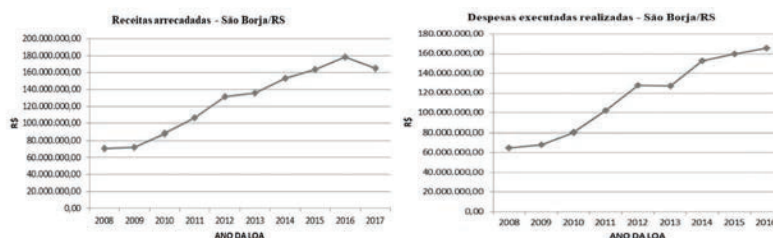
Municipal, que respeita e admite os princípios estabelecidos pelas legislações citadas, definindo em seus artigos 128 a 133 normativas para o orçamento municipal.

Frente a esses conceitos vamos inicialmente destacar a Lei Orçamentária Anual (LOA) do município, em um recorte temporal que parte de 2008 até 2017. A LOA é encaminhada sempre no segundo semestre anual para a votação pelo Poder Legislativo competente, devendo constar o projeto de lei orçamentária, tabelas explicativas, especificação dos programas de trabalho, bem como anexos da Lei 4320/1964 e LC 101/2000. Para a sua elaboração devem ser atendidos os seguintes princípios orçamentários: anualidade, unidade, universalidade, equilíbrio, exclusividade, publicidade e clareza (CRISPINO, 2016).

Gráfico 7: Lei Orçamentária Anual (LOA) – São Borja/RS

7A: Receitas arrecadas

7B: Despesas realizadas

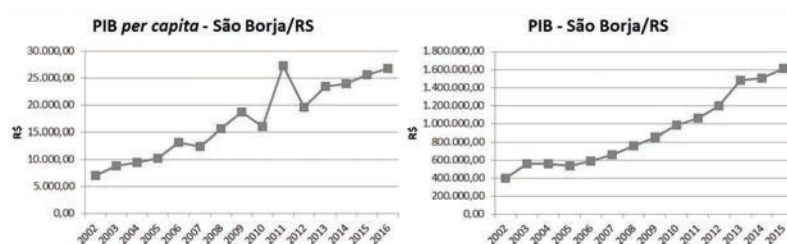


Fonte: Elaborado a partir dos dados obtidos no Site da Prefeitura municipal de São Borja-RS, 2020.

Comparando-se os dados de receitas arrecadadas frente as despesas realizadas, gráficos 7A e 7B respectivamente, o município de São Borja apresenta caráter de estabilidade nos anos analisados. Ambas se mantiveram equilibradas, sendo que as receitas exibiram superávit. Outro ponto a ser destacado é o crescimento das receitas que se evidencia a partir de 2009, muitos aspectos da conjuntura econômica da época são responsáveis pela elevação das mesmas, onde os cenários da educação e da agricultura, por exemplo, merecem destaque.

Gráfico 8: Produto Interno Bruto (PIB e PIB *per capita*) – São Borja/RS

8B: PIB



O gráfico 8B apresenta a evolução do PIB do município de São Borja/RS, em termos globais, no período de 2002 a 2015. Os resultados da pesquisa demonstraram tendência de crescimento para este indicador, com expressiva elevação entre os anos de 2012 e 2013 sendo R\$1.195.038,41 e R\$1.481.004,73, respectivamente, obtendo variação de 23,92%.

O PIB *per capita* do município de São Borja/RS, gráfico 8A, apresenta estabilidade e crescimento pouco expressivo

entre os anos de 2002 a 2005. Contudo nos anos de 2006, 2009 e 2011 sofrem elevados picos de crescimento, onde observamos valores de R\$13.146,60; R\$18.621,00 e R\$27.235,69 respectivamente. As quedas mais significativas encontram-se nos anos de 2007, 2010 e 2012, com R\$12.427,84; R\$15.929,82 e R\$19.530,28, respectivamente.

No entanto, o PIB é considerado um indicador de síntese da economia, ele pode ajudar a compreender o crescimento ou estagnação da cidade, porém não expressa fatores relevantes como a distribuição de renda, educação e saúde, bem como a qualidade de vida, tais condições foram abordadas em tópico específico.

Enquanto, diversos outros parâmetros podem explicar a configuração econômica de São Borja para entender sua fraqueza da produção. Com o problema de urbanização, o setor primário (agropecuário em particular) apresenta 14,5 %, o setor secundário 11,7 % e o setor terciário (serviços e comércio) 71,7 % respectivamente em 2016 – o que traduz por uma economia fortemente terceirizada. Nesse caso, a relação inter-regional e fronteira são mais importantes na dinâmica do comércio para cobrir a demanda interna.

Quatro 2: guração do mercado por setor e porte - 2018

Setor	Micro-empresa	Pequena empresa	Média e grande empresa
Indústria de transformação	136	10	2
Construção civil	100	7	-
Comércio	1.140	76	9
Serviços	923	47	6
Agropecuária, extração vegetal caça e pesca.	-	416	-
Total	2.715	140	17

Fonte: SEBRAE, 2019.

A partir disso, entendemos que esta economia desenvolve com dependência exterior significativa considerando o grau de representatividade do setor comércio e de serviços. Com essa fraqueza, proporção da agropecuária e a indústria na economia, necessitam uma nova estratégia para criar um ambiente favorável ao investimento, valorizar mais os dois setores e aumentar o gasto municipal na industrialização como uma estratégia de buscar os melhores recursos possíveis.

Nesse sentido, a gestão deve desenvolver uma visão mais geral sobre o funcionamento da economia e uma nova integração de mercado regional. Um objetivo claro pelo desenvolvimento da dinâmica de fortalecimento de cada ramo de atividade em relação com a política de desenvolvimento econômico adotado, desenvolver uma campanha de sensibilização para uma valorização da potencialidade econômica interna, além de um planejamento estratégico para contribuir o processo de crescimento econômico e de desenvolvimento do municipal.

Tabela 3: Demais Indicadores

Indicadores / Ano	1991	2000	2010
Índice de DINI	0,64	0,59	0,55
Renda per capita (R\$)	409,49	496,06	705,72
Taxa de atividade 18 anos +	-	63,02	61,8
Taxa de desocupação 18 anos +	-	16,49	6,09
IDESE	0,54	0,637	0,736
Taxa de vulneráveis à pobreza	64,201991	52,31%	30,92%

Fonte: Elaborado a partir de dados do Plano Municipal de Saúde 2018-2021, São Borja/RS, 2020.

As análises apresentadas a seguir, levam em conta os dados apresentados na tabela 3, que agrupa diferentes índices, a saber:

O índice de GINI é um instrumento utilizado na avaliação do grau de concentração de renda em determinado

grupo, apontando as diferenças entre os rendimentos dos mais pobres e mais ricos, seu índice varia de 1 a zero; quanto mais próximo de zero maior a igualdade (WOLFFENBÜTTEL, 2004). No município de São Borja/RS, no ano de 1991 esse indicador era de 0,64, representando elevada desigualdade de renda entre os mais pobres e os mais ricos. Os dados dos anos de 2000 e 2010 apresentam sucessivas quedas no índice, que apesar de sutis, podem ser consideradas positivas dadas a busca pela redução das desigualdades no município.

Quando analisamos os indicadores de bem-estar, a tabela descreve uma realidade contrária com a evolução o PIB *per capita*. Constatamos em primeiro lugar, a variação do índice de GINI efetuada de maneira não proporcional com o PIB *per capita*, quer dizer, a tendência decrescente da variável GINI, que mais de 50 indica que há uma concentração de riqueza no município, existe ainda uma má distribuição das riquezas na economia. Em outras palavras, o índice de GINI traduz claramente um grau de desigualdade e de pobreza mais significativa na economia.

Em segundo lugar, a variação acima do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) não corresponde a uma boa distribuição da renda, mas de novo mecanismo adotado no sistema de saúde e de educação de 2010 a 2015. Daí, o IDESE como potencial indicador de bem-estar beneficiou uma contribuição da prefeitura no campo da saúde, educação. Em outros termos, investimento na saúde e educação aumenta mais. O Índice de Exclusão Social e o Índice de Condições de Vida devem ser incluídos para explicar o nível de discriminação e disparidade social; adicionar também à violência, a desigualdade e o desemprego enfrentados pela população.

A renda *per capita* apresenta pouca transformação entre 1991 e 2000, porém entre 2000 e 2010 exhibe uma importante variação de 42,25%. Se considerada a variante ao longo dos 19 anos que dispomos dos dados, a variação apresenta percentual

de 72,34, crescimento que pode ser atribuído às diversas políticas públicas implementadas no período.

No que tange a taxa de atividade entre as pessoas com 18 anos ou mais, no ano de 1991 não foram encontrados os dados. Já em 2000 era de 63,02% apresentado um quadro de queda de 1,22 pontos percentuais em 2010 (61,8%). Com relação à taxa de desocupação, em 2000 era de 16,49% e de 6,09% no ano de 2010, indicando uma melhoria relevante para esse indicador. Ressaltamos, ainda, a diminuição da taxa de vulnerabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os dados apresentados referentes as diversas dinâmicas observadas nesse relatório, com vistas a traçar um perfil sobre a cidade de São Borja/RS, podemos desenvolver algumas inferências. A análise das variáveis estudadas, foi de extrema relevância para o conhecimento do cenário do município e promoção do debate que envolve os problemas locais.

No que tange à saúde, o município precisa atentar aos índices de mortalidade infantil, que mesmo tendo reduzido desde 2013, ainda continua em um nível a ser observado, bem como a taxa de partos cesarianos, visto que este pode estar relacionado com um aumento da mortalidade materna. Outro ponto é a taxa de sujeitos com Aids, no qual São Borja apresenta índices consideráveis.

No que diz respeito à educação básica do município, pode-se afirmar que a sua posição não se encontra entre as melhores, o que pode ser explicado de diferentes formas. Se nos pautarmos em um viés cientificamente analítico, por exemplo, podemos propor o seguinte questionamento: qual é a efetividade das políticas educacionais de enfrentamento a um problema público no tocante a qualidade da educação? Permite-se através, desse posicionamento, inferir que um dos fatores de maior relevância – e que deve ser combatido – relaciona-

se a desigualdade social e suas condicionantes, sejam elas de natureza culturais, econômicas ou mesmo sociais. Enquanto esse tripé não for pautado com a devida atenção na agenda política, será difícil para a escola promover a transformação da sociedade, conforme atestam os próprios dados apresentados anteriormente.

Não obstante, as desigualdades geradas em uma esfera tendem a reproduzirem-se ao longo do tempo em outras esferas: tudo leva a crer que os baixos índices de escolaridade estão diretamente associados, na maior parte dos casos, à vulnerabilidade social (desemprego, pobreza, deficiências de acesso ao saneamento básico, saúde, práticas desportivas, culturais etc.). Obviamente que não é o baixo índice de escolaridade que acarreta esses efeitos, mas antes o contrário: os níveis de escolaridade tendem a ser apenas uma releitura social do universo onde estão historicamente datados e socialmente situados os indivíduos.

À vista disso, as políticas públicas precisam avançar para além do fracasso escolar, analisar e avaliar as então já existentes e propor novas políticas públicas que adotem uma estratégia interdisciplinar – com prudência ao termo – e que contribuam para a melhora dos índices educacionais. E isso sem esquecer que não existe só um fator responsável pelo fracasso escolar, da mesma forma que as políticas públicas educacionais, por si sós, não têm como solucionar efetivamente os problemas que, na maior parte das vezes, sequer possuem correlação com o universo escolar. Portanto, é imprescindível que uma rede de políticas públicas opere no combate aos problemas sociais.

Por fim, sugere-se que a pesquisa dos capitais (financeiros e humanos) é a estratégia mais importante para aumentar a produtividade e competitividade das empresas locais no sentido de construir um clima de investimento favorável, para reduzir desigualdades e fomentar as receitas. Ainda, tendo em vista o tripé da sustentabilidade (ambiental, econômica e social), pode-se pautar a o município deve constatar as

habilidades e capacidades produtivas locais, considerando-se a cultura e as atividades econômicas, de forma a melhor valer-se de suas potencialidades. Passa também pela descoberta de novas habilidades, que de fato auxiliarão na geração de empregos, investimentos tanto públicos como privados, com foco o aprimoramento da qualidade de vida dos cidadãos e no alcance do desenvolvimento.

Nesse sentido, o desenvolvimento não corresponde apenas a uma dinâmica quantitativa a partir da ideia de progresso, crescimento, industrialização, transformação e modernização (FURTADO, 1961) mas, caracteriza-se como mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas (ALLEN; THOMAS, 2000), para contribuir ao bem-estar coletivo (MITSCHKEIN et al, 2013). Torna-se evidente que para o município avançar governo e sociedade precisam estar atentos a promoção de ações inclusivas, políticas públicas inovadoras, pesquisa e desenvolvimento que contribuam para que São Borja seja cada vez mais acolhedora para todos, em todas as suas dinâmicas social, econômica e ambiental.

REFERÊNCIAS

- AGENDA 2020. **Desafio do RS**, 2019. Disponível em: <http://agenda2020.com.br/sinaleira/sao-borja>. Acesso em 7 mai. 2020.
- BRASIL. DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SUS – DATASUS – TABNET, 2019. Disponível em: <http://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude/tabnet>. Acesso em 7 mai. 2020.
- BRASIL. **Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações / Rede Interagencial de Informação para a Saúde - Ripsa**. – 2. ed. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008. 349 p.: il.
- CRISPINO, A. **Introdução ao estudo das políticas públicas: uma visão interdisciplinar e contextualizada**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.
- FEE. **Fundação Economia e Estatística**. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/>. Acesso em 23 de mai. 2020.
- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em 23 de mai. 2020.
- LOURENÇON, C. **O orçamento municipal como elo de ligação entre o planejamento operacional e as finanças**. Dissertação de Mestrado. 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/80026>. Acesso em 25 mai. 2020.
- MALTHUS, T. R. **Essai sur le principe de population**. Paris, Ed. Gonthier, 1963.
- MASCARELLO, K. C.; HORTA, B. L.; SILVEIRA, M. F. **Complicações maternas e cesárea sem indicação: revisão sistemática e meta-análise**. *Rev Saude Publica*. 2017;51:105.
- MITSCHEIN, A. T.; CHAVES, F. J.; ROCHA, G.; VASCONCELOS, M. **Desenvolvimento local e direito a cidade na floresta amazônica**. Belem: NUMA/UFPA, 2013.
- PORTAL ODS. **Portal Oficial dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2020**. Disponível em: <http://portalods.com.br/>. Acesso em 23 de mai. 2020.
- RIO GRANDE DO SUL. **Secretaria Estadual da Saúde. Situação da Epidemia de HIV/Aids no Rio Grande do Sul, 2017**. Disponível em: <https://atencaobasica.saude.rs.gov.br/saude-do-estado-divulga->

dados-sobre-hiv-aids. Acesso em 23 de mai. 2020.

SÃO BORJA/ RS. **Lei Orçamentária Anual (LOA)**. Disponível em: <<https://www.saoborja.rs.gov.br/index.php/transparencia/itemlist/category/37-loa>>. Acesso em 23 de mai. 2020.

SÃO BORJA/ RS. **Lei Orgânica Municipal**. Disponível em: <<https://www.saoborja.rs.leg.br/leis/lei-organica-municipal/lei-organica-do-municipio-de-sao-borja/view>>. Acesso em 23 de mai. 2020.

SÃO BORJA/ RS. Plano Municipal de Saúde 2018-2021.
Disponível em: <https://www.saoborja.rs.gov.br/imagens/contendo/ARQUIVOS2017/PLANO_2018_2021.pdf>. Acesso em 23 de mai. 2020.

SEBRAE. **Perfil das cidades gaúchas, São Borja.** (2019). Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Sao_Borja.pdf>. Acesso em 23 mai. 2020.

WOLFFENBÜTTEL, A. Índice de Gini. Desafios do desenvolvimento. Revista de Informações e debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2004. Ano 1. Edição 4 - 1/11/2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28>. Acesso em 23 de mai. 2020.



**DICIONÁRIO
SOCIOECONÔMICA
DO MUNICÍPIO DE**

06



**Fernanda Weirich
Muriel Pinto
Sócrates de Souza
Vanessa Passino de Nadai**



Caracterização do município de Unistalda

Quadro 1 – cos de Unistalda-RS

Gentílico	Unistaldense
Emancipação	28 de dezembro de 1995
Prefeito	José Amélio Ucha Ribeiro
População estimada (2019)	2.338
População no último censo (2010)	2.450
Densidade demográfica (2010)	4,07 hab/Km²

Com uma área de 602,387 Km², o município apresenta-se à 495 km da Capital do Estado Porto Alegre. Localizado na macrorregião da fronteira oeste do estado, vias de acesso RS 566, RS 529 e RS 176.

Mesorregião: Centro Ocidental Rio-Grandense

Microrregião: Santiago

Altitude: 341 metros.

Tendo como limites a cidade de Santiago, Itacurubi, e Capão do Cipó.

História do município¹

O Município de Unistalda, como a maior parte do Brasil, foi ocupado inicialmente por índios. Mais tarde, com o processo de colonização instaurado pelo império, vieram os padres jesuítas, espanhóis e portugueses.

Entre 1935 e 1936, começa a construção do batalhão Ferroviário e da estrada de ferra que liga Santiago a São Borja, comandada pelo General Horta Barbosa, surgindo, assim, timidamente a vila de Unistalda. O nome da vila de Unistalda foi uma homenagem a mãe de Horta Barbosa que possuía esse nome.

Em 1937, começa a organização e a demarcação de ruas e lotes da vila. Em 30 de 5 de 1938, pelo Ato 241 a vila passou a ser chamada de Unistalda. Em 1940, o Sr. Emiliano Trindade e sua esposa Ascelina Loureiro Trindade fizeram a doação ao Município de Santiago de uma área destinada à construção da vila que estava surgindo, porém foi em 29 de agosto de 1940, pelo Ato 365, que a mesma passou a integrar-se oficialmente, como 4º Distrito do Município de Santiago-RS.

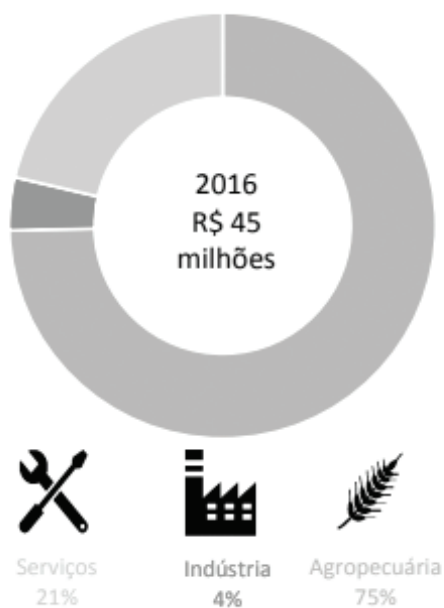
Em 1995, um grupo de líderes comunitários organizou-se e formou uma Comissão de Emancipação para o distrito de Unistalda. Depois de várias tentativas em 28 de dezembro de 1995 conforme o Ato 01/95 Lei nº 10.648, distrito de Unistalda foi elevado à categoria de cidade e passou a chamar-se Unistalda. Oficialmente o Município foi reconhecido em primeiro de janeiro de 1997.

1 Fonte: <http://www.unistalda.rs.gov.br/cidade/historico-do-municipio>.

BASE DA ECONOMIA

O Produto Interno Bruto (PIB) geral do município de Unistalda é de cerca de 60,7 milhões. É possível dividir a economia local em três grandes setores que mais contribuem para o PIB: serviços (que inclui o setor do comércio), indústria e agropecuária. No gráfico abaixo podemos constatar que o setor da agropecuária é dominante em relação aos demais setores. É o setor que mais contribui para a economia local, seguido do setor de serviços e por último o setor da indústria.

Figura 2: Contribuição dos setores na economia local (2016)



Fonte: SEBRAE

DINÂMICAS SOCIAIS

As dinâmicas sociais expostas no presente trabalho abrangem os indicadores sociais do município de Unistalda/RS.

IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano)

• O que é o IDHM?

É uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global - longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais, e, com isso, são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros. (Atlas Brasil, 2013)

IDHM DE Unistalda

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) – Unistalda é 0,649, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,804, seguida de Renda, com índice de 0,626 e de Educação, com índice de 0,542.

Tabela 2 – Evolução do IDHM de Unistalda-RS

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,153	0,389	0,542
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	9,47	17,43	31,45
% de 5 a 6 anos na escola	30,48	67,90	74,76
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	36,68	80,92	96,20

% de 15 a 17 anos com fundamental completo	3,89	62,26	67,26
% de 18 a 20 anos com médio completo	6,68	21,38	46,26
IDHM Longevidade	0,702	0,777	0,804
Esperança de vida ao nascer	67,13	71,64	73,25
IDHM Renda	0,494	0,556	0,626
Renda per capita	173,46	253,81	392,38

Fonte: Atlas Brasil – IPEA. Formatação elaborada pelos autores desse estudo.

DEMOGRAFIA

População

Entre 2000 e 2010, a população de Unistalda cresceu a uma taxa média anual de - 0,76%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 31,35% para 37,27%. Em 2010 viviam, no município, 2.450 pessoas.

Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 0,30%. Na UF, esta taxa foi de 1,21%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 24,06% para 31,35%. (Atlas Brasil, 2013).

Tabela 3 – a de Unistalda-RS

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	2.573	100,00	2.644	100,00	2.450	100,00
População residente masculina	1.324	51,46	1.394	52,72	1.245	50,82
População residente feminina	1.249	48,54	1.250	47,28	1.205	49,18

População urbana	619	24,06	829	31,35	913	37,27
População rural	1.954	75,94	1.815	68,65	1.537	62,73

Fonte: Atlas Brasil – IPEA. Formatação elaborada pelos autores desse estudo.

Estrutura Etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência no município passou de 55,80% para 52,27% e a taxa de envelhecimento, de 7,94% para 12,73%. Em 1991, esses dois indicadores eram, respectivamente, 64,11% e 5,36%. Já na UF, a razão de dependência passou de 65,43% em 1991, para 54,88% em 2000 e 45,87% em 2010; enquanto a taxa de envelhecimento passou de 4,83%, para 5,83% e para 7,36%, respectivamente. (Atlas Brasil, 2013)

Tabela 5 – Estrutura Etária de Unistalda-RS

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	867	33,70	737	27,87	529	21,59
15 a 64 anos	1.568	60,94	1.697	64,18	1.609	65,67
População de 65 anos ou mais	138	5,36	210	7,94	312	12,73
Razão de dependência (1)	64,11	-	55,80	-	52,27	-
Taxa de envelhecimento (2)	5,36	-	7,94	-	12,73	-

(1) Percentual da população de menos de 15 anos e da população de 65 anos e mais (população dependente) em relação à população de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa).

(2) Razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total.

Fonte: Atlas Brasil – IPEA. Formatação elaborada pelos autores desse estudo.

Longevidade, mortalidade e fecundidade

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 19,5 óbitos por mil nascidos vivos, em 2000, para 15,2 óbitos por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 25,8. Já na UF, a taxa era de 12,4, em 2010, de 16,7, em 2000 e 22,5, em 1991. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 óbitos por mil nascidos vivos para 16,7 óbitos por mil nascidos vivos. Em 1991, essa taxa era de 44,7 óbitos por mil nascidos vivos.

Com a taxa observada em 2010, o Brasil cumpre uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015. (Atlas Brasil, 2013)

Tabela 6 – Longevidade, mortalidade e fecundidade em Unistalda-RS

	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	67,1	71,6	73,3
Mortalidade infantil	25,8	19,5	15,2
Mortalidade até 5 anos de idade	30,3	22,7	17,8
Taxa de fecundidade total	3,0	2,4	1,8

Fonte: Atlas Brasil – IPEA. Formatação elaborada pelos autores desse estudo.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 1,6 anos na última década, passando de 71,6 anos, em 2000, para 73,3 anos, em 2010. Em 1991, era de 61,7 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991. (Atlas Brasil, 2013).

EDUCAÇÃO

Crianças e Jovens

Proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação. (Atlas Brasil, 2013).

A título metodológico, o ano informado em relação ao dado, são os mais atualizados, levando em consideração as publicações dos órgãos oficiais.

Tabela 7 – Educação de crianças e jovens em Unistalda-RS

	(%)	Ano
Proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola	74,76%	2010
Proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	96,20%	2010
Proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	67,26%	2010
Proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo	46,26%	2010
Proporção de jovens de 18 a 24 anos cursando ensino superior	8,02%	2010
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos	99,3%	2017
	Número	Ano
Matrícula no ensino fundamental	277	2018
Docentes no ensino fundamental	32	2018
Estabelecimentos de ensino fundamental	3	2018
IDEB – anos iniciais do ensino fundamental (rede pública) (Nota)	6,3	2017
IDEB – anos finais do ensino fundamental (rede pública) (Nota)	5,3	2017

Fonte: IBGE, Atlas Brasil – IPEA e INEP. Formatação elaborada pelos autores desse estudo.

População Adulta

Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo.

Tabela 8 – Educação da população adulta em Unistalda-RS

	2000	2010
População de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo	17,43%	31,45%
Percentual da população com 25 anos ou mais de idade		2010
Analfabetos		11,4%
Ensino fundamental completo e médio incompleto		11,44%
Ensino médio completo e superior incompleto		8,66%
Ensino superior completo		4,5%

Fonte: Atlas Brasil – IPEA. Formatação elaborada pelos autores desse estudo.

Cabe salientar que esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade.

Renda

Tabela 9 – Renda per capita média em Unistalda-RS

Renda per capita média	2000	2010
	R\$ 253,81	R\$ 392,38
Proporção de pessoas pobres (com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00)	49,46%	22,16%

Fonte: Atlas Brasil – IPEA. Formatação elaborada pelos autores desse estudo.

Índice GINI

É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

Tabela 10 – Índice Gini de Unistalda-RS

	1991	2000	2010
Renda per capita	173,46	253,81	392,38
% de extremamente pobres	35,27	30,37	9,57
% de pobres	60,57	49,46	22,16
Índice de Gini	0,5	0,59	0,47

Fonte: Atlas Brasil – IPEA. Formatação elaborada pelos autores desse estudo.

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 58,81% em 2000 para 65,18% em 2010.

Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 13,54% em 2000 para 4,23% em 2010. (ATLAS, 2013).

Tabela 11 – Taxa de atividade da população de 18 anos ou mais em Unistalda-RS

	2000	2010
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	48,29	59,12
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	9,82	4,29
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	41,78	28,47
Nível educacional dos ocupados		
% dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais	22,39	36,93
% dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais	5,5	21,09
Rendimento médio		
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. - 18 anos ou mais	68,66	55,84
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m. - 18 anos ou mais	88,02	90,55
% dos ocupados com rendimento de até 5 s.m. - 18 anos ou mais	98,53	99,12

Fonte: Atlas Brasil – IPEA.

Habitação

Tabela 12 – Habitação em Unistalda-RS

	1991	2000	2010
% da população em domicílios com água encanada	25,09	66,23	73,92
% da população em domicílios com energia elétrica	53,22	82,52	99,08
% da população em domicílios com coleta de lixo	4,36	94,23	95,33

Fonte: Atlas Brasil – IPEA. Formatação elaborada pelos autores desse estudo.

Vulnerabilidade social

Tabela 13 – Vulnerabilidade social em Unistalda-RS

Crianças e Jovens	1991	2000	2010
Mortalidade infantil	25,84	19,5	15,2
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	95,85	93,00
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	32,36	3,97	0,5
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	19,47	13,22
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	4,43	14,57	-
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	4,72	3,69
Família			
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	2,75	7,92	11,41
% de vulneráveis e dependentes de idosos	2,21	6,26	3,16
% de crianças extremamente pobres	48,54	49,71	14,45
Trabalho e Renda			
% de vulneráveis à pobreza	79,35	68,88	48,12
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	69,86	61,69
Condição de Moradia			
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	17,99	63,14	85,18

Fonte: Atlas Brasil – IPEA. Formatação elaborada pelos autores desse estudo.

DINÂMICAS ECONÔMICAS DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Conta com um quadro de 8 Secretários Municipais, 126 servidores efetivos, 32 Cargos em Comissão, 11 empregados públicos.²

Receitas previstas e receitas arrecadadas no exercício de 2019

As receitas arrecadadas do município advem da Prefeitura Municipal. Na tabela abaixo há os valores das receitas arrecadadas no exercício de 2019.

Na tabela há o demonstrativo da arrecadação da Prefeitura Municipal de Unistalda - Exercício 2019.

Tabela 14 – Receitas orçadas e arrecadadas em Unistalda-RS

MESES DE ARRECAÇÃO	VALOR ARRECADADO
Janeiro	1.290.732,02
Fevereiro	1.355.298,45
Março	1.193.241,04
Abril	1.319.509,75
Maiο	1.328.037,64
Junho	1.301.159,35
Julho	1.738.648,49
Agosto	1.162.321,33
Setembro	1.250.432,73
Outubro	1.197.692,42
Novembro	1.266.298,23
Dezembro	2.634.195,25
Total	17.049.041,37

2 FONTE: https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-055/con_quadropessoal.faces

RESUMO DAS RECEITAS	Orçado	Realizado
	Atualizado (A)	Valor (B)
TOTAL DAS RECEITAS	16.258.788,00	17.049.041,37

Fonte: https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-055/con_comparativoreceita.faces. (Formatação elaborada pelos autores desse estudo.)

Fixação de despesas e despesas realizadas em 2019

Na tabela abaixo há a especificação, por órgãos, das despesas fixadas e as realizadas no exercício de 2019.

Tabela 15 – Fixação de despesas e despesas realizadas em Unistalda-RS

Descrição	Valor Orçado	Valor Pago
Gabinete do prefeito.	689.825,00	667.128,93
Secretaria municipal de administração.	440.462,00	405.918,04
Secretaria municipal da fazenda, indústria e comércio.	1.005.399,00	975.045,35
Secretaria municipal de educação e cultura.	3.981.081,42	3.335.453,64
Secretaria municipal de obras e serviços públicos.	2.287.295,00	1.808.546,83
Secretaria municipal de agricultura e pecuária.	1.424.438,00	1.238.890,94
Secretaria municipal de desenvolvimento, assistência social, habitação e esportes.	1.015.916,00	782.977,00
Secretaria de meio ambiente.	259.103,00	194.618,77
Gestão através de consórcios públicos.	124.617,13	105.417,84
Resumo da Despesa Orçamentária	Orçado	Pago
	Atualizado (A)	Valor (D)
Total das despesas	15.849.806,04	13.554.424,24

Fonte: <http://www1.tce.rs.gov.br/aplicprod/?p=20001:74:::> (Formatação foi elaborada pelos autores desse estudo)

Conforme artigo 63 da lei 4.320/64, entende-se por liquidação das despesas o direito adquirido do credor, através de documentos fiscais que atestem o crédito a receber. São serviços ou compras efetivamente satisfaitas pela contratada. A análise das despenas liquidadas foi inferior a previsão inicial.

Evolução da despesa com pessoal

O percentual das despesas com pessoal tem estes limites estabelecidos na lei de responsabilidade fiscal – Lei Complementar 101/00 – LRF – tendo como base a receita corrente líquida – RCL:

Tabela 16 – Limites com despesa de pessoal

DESCRIÇÃO	PERCENTUAL
a) Limite para Emissão de Alerta - LRF, Inciso II do § 1º do art. 59	48,60%
b) Limite Prudencial - LRF, Parágrafo Único do art. 22	51,30%
c) Limite Legal - LRF, alínea "b" do Inciso III do art. 20	54,00%

A RCL se constitui no somatório das receitas tributárias de um governo, referentes a contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias e de serviços, deduzidos os valores das transferências constitucionais e legais. (câmara do deputados, 2019)

No caso do município de Maçambará, para encontrar a RCL deve-se deduzir o valor referente ao FUNDEB – fundo nacional para o desenvolvimento da educação básica.

Com base no exposto, as despesas com pessoal, no período correspondente entre os anos de 2010 a 2019, é esta:

Tabela 17 – Evolução com a despesa com pessoal em Unistalda-RS

EXERCÍCIO	RCL	Evolução % da RCL	R\$	% s/ RCL
2010	7.636.408,35	20,59	3.396.946,26	44,56
2011	8.346.573,36	9,49	3.546.176,44	42,49
2012	9.330.241,44	11,79	4.105.673,18	44
2013	9.812.241,66	5,17	4.120.507,48	41,99
2014	11.059.308,51	12,71	4.484.971,80	44,17
2015	11.126.873,37	0,61	5.170.207,83	46,47
2016	12.761.732,53	14,69	5.659.093,46	44,34
2017	13.024.694,67	2,06	5.871.477,08	45,08
2018	14.217.916,42	9,16	6.193.307,19	43,56
2019	15.425.312,79	8,49	6.764.126,19	43,85

Fonte: http://www1.tce.rs.gov.br/aplicprod/?p=20001:7:0::RP;7:P7_ESFERAS,P7_MUNICIPIO:M,UNISTALDA.
(Formatação foi elaborada pelos autores desse estudo)

Conforme desminstratvo na tabela acima, a administração pública municipal está abaixo dos limites estabelecidos pela LRF e, portanto, atende os ditames legais.

Investimentos em educação

Os investimentos destinados à educação pública, advém das aplicações dos recursos públicos em programas, projetos e atividades, conforme demonstrativo abaixo.

Tabela 18 – Investimento em educação em Unistalda-RS

Receita líquida de impostos e transferências (R\$)	Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE (R\$)	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE (%)
13.532.459,50	4.294.763,88	31,74

Fonte: <http://www1.tce.rs.gov.br/aplicprod/?p=20001:68:::> Formatação elaborada pelos autores desse estudo)

Há dispositivo constitucional, que prevê e obriga a aplicação de, no mínimo, 25% das receitas próprias do município

em educação (BRASIL, 1988). No exercício de 2019, aplicou-se o percentual de 31,74%.

Investimentos em saúde

Os investimentos destinados à educação pública, advém das aplicações dos recursos públicos em programas, projetos e atividades, conforme demonstrativo abaixo :

Tabela 19 – Investimento em saúde em Unistalda-RS

Receita líquida de impostos e transferências (R\$)	Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS (R\$)	Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS (%)
13.532.459,50	2.797.960,22	20,68

Fonte: <http://www1.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=20001:80:.....>. Formação foi elaborada pelos autores desse estudo)

Há dispositivo constitucional, que prevê e obriga a aplicação de, no mínimo, 15% das receitas próprias do município em saúde (BRASIL, 1988). No exercício de 2019, aplicou-se o percentual de 20,68%.

REFERÊNCIAS

Atlas do desenvolvimento humano do Brasil 2013. 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/>> Acesso em: julho de 2019.

_____. 2013. **Perfil de Unistalda.** Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/unistalda_rs>. Acesso em: maio de 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/unistalda/panorama>>. Acesso em maio de 2020.

DATAPEDIA. Unistalda- RS. Disponível em: <https://datapedia.info/cidade/6119/rs/unistalda#undefined>

IBGE. Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/unistalda/panorama>
QUEIROZ, Roosevelt Brasil. Formação e gestão de políticas públicas. –Curitiba, PR: Ed. Intersaberes, 2013.

SEBRAE. Perfil das cidades gaúchas - Unistalda - RS - 2019. Disponível em: http://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Unistalda.pdf

Rio Grande do Sul. Secretaria da Educação do Rio Grande do sul. Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/busca-de-escolas>

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em <http://www1.tce.rs.gov.br> Acesso em: maio de 2020.

UNISTALDA. Prefeitura municipal. <http://www.unistalda.rs.gov.br/>

Fontes: Arial; Aldrich; Ibarra Real Nova; Open Sans
Impressão e acabamento: Dream design
Formato: 16 x 21cm
Papel capa: Couchê fosco 170g/m2
Papel miolo: Pólen Soft 80g/m2
Brasília - DF
2020